



SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

## EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

**Processo Administrativo nº 0016513-48.2025.4.01.8004**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NA BAHIA, CNPJ 05.442.957/0001-01, por meio do(a) SELIT, sediado(a) ULYSSES GUIMARAES, 2631, FORUM T. DE FREITAS, bairro SUSSUARANA, na cidade de SALVADOR/BA, CEP 41213000, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da Sessão Pública: 04/05/2026**

**Hora Inicial : 10:00**

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada em engenharia para prestação de serviço de instalação de sistemas de videomonitoramento (CFTV) nas Subseções Judiciárias de Barreiras (BES), Eunápolis (EUS) e Juazeiro (JUO), da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária da Bahia, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços**, sob o regime de empreitada por preço global conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 3 (três) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

item.

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

| Seq | Item/Grupo | Periodicidade |
|-----|------------|---------------|
| 1   | 1,2 e 3    | Unitário      |

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

| Seq | Item/Grupo | Intervalo Mínimo (em R\$) |
|-----|------------|---------------------------|
| 1   | 1,2 e 3    | R\$ 0,01                  |

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado

em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas brasileiras;

6.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.



7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**7.20. Na hipótese de retorno do procedimento para a convocação de licitantes remanescentes, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, o licitante será convocado individualmente, respeitada a ordem de classificação, e disporá do prazo de 30 (trinta) minutos, contados da solicitação do pregoeiro via sistema (chat), para manifestar seu interesse em celebrar a contratação nas mesmas condições (valores) propostas pelo licitante vencedor original. Ressalta-se que, caso haja interesse, o prazo concedido poderá ser estendido, desde que o pedido seja formalizado pelo chat antes do término do prazo indicado.**

**7.20.1. O decurso do prazo sem a devida manifestação do licitante no sistema eletrônico será interpretado como desinteresse na proposta do vencedor original, autorizando o pregoeiro a prosseguir com a convocação dos demais classificados ou a iniciar a fase de negociação prevista no § 4º do art. 90 da referida Lei, sendo de total responsabilidade do licitante o ônus decorrente da perda do negócio pela inobservância de mensagens emitidas pela Administração.**

**7.20.2. Assim que o licitante convocado demonstrar interesse e concordar com as condições do vencedor original, será dado um prazo de 2 (duas) horas para o envio formal da proposta comercial.**

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez virgula zero) por cento, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição

Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio dos telefones indicados no item 4.8.1. do Anexo I - Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Se, após a homologação, for identificada alguma irregularidade, da empresa declarada vencedora, no SICAF e/ou no CADIN, esta será previamente comunicada antes de eventual cancelamento da homologação, nos termos do § 3º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021. Sendo-lhe concedido prazo de 05 (cinco) dias corridos para apresentação de contraditório e ampla defesa, conforme o art. 24 e seu parágrafo único da Lei 9.784/1999, considerando-se, quando aplicável, o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 123/2006 (arts. 42 e 43).

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [pregoesjfba@trf1.jus.br](mailto:pregoesjfba@trf1.jus.br)

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
  - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 11.1.6. fraudar a licitação;
  - 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
  - 11.2.2. multa;
  - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 11.3.3. as circunstâncias agravantes: aquelas que ensejam maior reprovação da conduta e estão exemplificadas no art. 36 da Portaria Presi TRF1 nº 380/2025
  - 11.3.4. as circunstâncias atenuantes: aquelas de natureza relevante que reduzam a culpabilidade, os danos ou lesão aos princípios do direito administrativo e estão exemplificadas art. 37 da Portaria Presi TRF1 nº 380/2025
  - 11.3.5. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 11.3.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade.
- 11.7.1. Quando a conduta infratora for a descrita no item 11.1.1 a sanção de impedimento de licitar e contratar terá duração de 3 (três) meses, nos termos do art.35, IV, da Portaria Presi TRF1 n.380/2025. Essa sanção poderá ser afastada se houver entrega intempestiva da documentação e desde que não tenha acarretado em prejuízos à Administração Pública, observadas cumulativamente as seguintes condições: I - a documentação entregue com atraso esteja completa e II - a intempestividade da entrega não tenha causado atrasos significativos no processo licitatório (art.39 da Presi TRF1 n.380/2025).
  - 11.7.2. Quando a conduta infratora for a descrita no item 11.1.2 a sanção de impedimento de licitar e contratar terá duração de 4 (quatro) meses, nos termos do art.35, V, da Portaria Presi TRF1 n.380/2025, exceto para a conduta infratora descrita no item 11.1.2.4. (deixar de apresentar amostra) que terá duração de 3 (três) meses (art.35, IV c/c §1º da Portaria Presi n.380/2025).
  - 11.7.3. Quando a conduta infratora for a descrita no item 11.1.3 a sanção de impedimento de licitar e contratar terá duração de 6 (seis) meses, nos termos do art.35, VI, da Portaria Presi TRF1 n.380/2025.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade

mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.8.1. Considerando o art.35, incisos VIII, IX, X e XI da Presi TRF1 n.380/2025, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar terá duração pelos seguintes períodos: para as condutas descritas no item 11.1.5 o prazo será de 3 (três) anos; para as condutas descritas o item 11.1.6 o prazo será de 4 (quatro) anos e para as condutas dos item 11.1.7 e 11.1.8 o prazo será de 4 (quatro) anos.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [pregoesjfb@trf1.jus.br](mailto:pregoesjfb@trf1.jus.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do

- processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/index.php>
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 0016513-48.2025.4.01.8004

1. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para prestação de serviço de instalação de Sistemas de Videomonitoramento (CFTV) nas Subseções Judiciárias de Barreiras (BES), Eunápolis (EUS) e Juazeiro (JUO), da Justiça Federal de Primeira Instância – Seção Judiciária da Bahia, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, sob o regime de empreitada por preço global, conforme especificações constantes da tabela abaixo e em observância às condições e exigências estabelecidas neste instrumento..

| ITEM        | MATERIAL/SERVIÇO   |               |                    |               |          |       | UNID. | QTDE | VALOR TOTAL    |
|-------------|--|---------------|--------------------|---------------|----------|-------|-------|------|----------------|
|             | DESCRIÇÃO  | SICAM         | CATMAT/<br>CATSERV | PDM/<br>GRUPO | PAM/PAS  | SIASG |       |      |                |
| 1           | Fornecimento e instalação de Sistema de Videomonitoramento para a Subseção Judiciária de Barreiras (BES) | 39.16.001.165 | 22977              | 873           | 20250252 | 22977 | un    | 01   | R\$ 82.223,98  |
| 2           | Fornecimento e instalação de Sistema de Videomonitoramento para a Subseção Judiciária de Eunápolis (EUS) | 39.16.001.165 | 22977              | 873           | 20250252 | 22977 | un    | 01   | R\$ 180.813,42 |
| 3           | Fornecimento e instalação de Sistema de Videomonitoramento para a Subseção Judiciária de Juazeiro (JUO)  | 39.16.001.165 | 22977              | 873           | 20250252 | 22977 | un    | 01   | R\$ 163.749,51 |
| VALOR TOTAL |  |               |                    |               |          |       |       |      | R\$ 426.786,91 |

- 1.1.1. A descrição completa do objeto desta contratação encontra-se nos anexos técnicos, quem compõem o Projeto Executivo, integrantes deste Termo de Referência, são eles:
- Anexo I-A1 - Planilha Orçamentária - SSJ Barreiras;\*
  - Anexo I-A2 - Planilha Orçamentária - SSJ Eunápolis;\*
  - Anexo I-A3 - Planilha Orçamentária - SSJ Juazeiro;\*
  - Anexo I-B1 - Composições Analíticas - SSJ Barreiras;\*
  - Anexo I-B2 - Composições Analíticas - SSJ Eunápolis;\*
  - Anexo I-B3 - Composições Analíticas - SSJ Juazeiro;\*
  - Anexo I-C1 - Memorial Descritivo do Projeto (MDE) - SSJ Barreiras;\*
  - Anexo I-C2 - Memorial Descritivo do Projeto (MDE) - SSJ Eunápolis;\*
  - Anexo I-C3 - Memorial Descritivo do Projeto (MDE) - SSJ Juazeiro;\*
  - Anexo I-D1 - Especificações Técnicas de Projetos (ETE) - SSJ Barreiras;\*

- Anexo I-D2 - Especificações Técnicas de Projetos (ETE) - SSJ Eunápolis;\*
- Anexo I-D3 - Especificações Técnicas de Projetos (ETE) - SSJ Juazeiro;\*
- Anexo I-E1 - Plantas Gráficas - SSJ Barreiras;\*
- Anexo I-E2 - Plantas Gráficas - SSJ Eunápolis;\*
- Anexo I-E3 - Plantas Gráficas - SSJ Juazeiro;\*
- Anexo I-F1 - Composição do BDI para Fornecimento de Equipamentos e Serviços - SSJ Barreiras;\*
- Anexo I-F2 - Composição do BDI para Fornecimento de Equipamentos e Serviços; - SSJ Eunápolis;\*
- Anexo I-F3 - Composição do BDI para Fornecimento de Equipamentos e Serviços - SSJ Juazeiro;\*
- Anexo I-G1 - Cronograma Físico-Financeiro - SSJ Barreiras;\*
- Anexo I-G2 - Cronograma Físico-Financeiro - SSJ Eunápolis;\*
- Anexo I-G3 - Cronograma Físico-Financeiro - SSJ Juazeiro;\*
- Anexo I-H1 - Eventograma (Cronograma das Metas de Resultados a serem cumpridas) - SSJ Barreiras;\*
- Anexo I-H2 - Eventograma (Cronograma das Metas de Resultados a serem cumpridas) - SSJ Eunápolis;\*
- Anexo I-H3 - Eventograma (Cronograma das Metas de Resultados a serem cumpridas) - SSJ Juazeiro.\*

**\*Todos os documentos auxiliares serão enviados através de solicitação, via e-mail: [seeng.ba@trf1.jus.br](mailto:seeng.ba@trf1.jus.br) ou do link: <https://drive.google.com/drive/folders/1ylyi6LipWnVG0-Q1JF8lEnF5S97OzDQD?usp=sharing>.**

1.1.2. É obrigatória a leitura e conhecimento dos documentos técnicos deste projeto pelo responsável técnico da empresa para apresentação de proposta.

1.1.3. Os projetos desta contratação não adotaram a metodologia de Projeto BIM (Building Information Modeling) por não ser a mais adequada ao objeto licitado.

1.2. O serviço desta contratação é caracterizado como serviço de engenharia comum, nos termos do inciso XXI, a do art.6º da Lei n.14.133/2021 e também conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Este Termo de Referência e seus anexos foram elaborados pela Seção de Engenharia – SEENG e eventuais dúvidas devem ser encaminhadas ao autor do projeto, sendo o mesmo incumbido de realizar os esclarecimentos pertinentes.

1.4. A cópia da minuta contratual acompanhará o Edital e oferece maior detalhamento das regras aplicável a esta contratação.

1.5. O serviço é enquadrado como não contínuo, ou seja, contratado por escopo.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de:

1.6.1 Para a SSJ de Barreiras: **119 (cento e dezenove) dias** contados da data estabelecida no contrato, na forma do art.105 da lei 14.133/2021.

a1) **14 (quinze) dias corridos de prazo para execução dos serviços contratados;**

b1) 15 (quinze) dias de prazo para recebimento provisório; e

c1) 90 (noventa) dias de prazo para recebimento definitivo.

1.6.2 Para a SSJ de Eunápolis: **126 (cento e vinte e seis) dias** contados da data estabelecida no contrato, na forma do art.105 da lei 14.133/2021.

a2) **21 (quinze) dias corridos de prazo para execução dos serviços contratados;**

b2) 15 (quinze) dias de prazo para recebimento provisório; e

c2) 90 (noventa) dias de prazo para recebimento definitivo.

1.6.3 Para a SSJ de Juazeiro: **119 (cento e dezenove) dias** contados da data estabelecida no contrato, na forma do art.105 da lei 14.133/2021.

a3) **14 (quinze) dias corridos de prazo para execução dos serviços contratados;**

b3) 15 (quinze) dias de prazo para recebimento provisório; e

c3) 90 (noventa) dias de prazo para recebimento definitivo.

1.7. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, estando identificado sob os códigos ID SSJBES\_0007, SSJEUS\_0011 e SSJJUO\_0001.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos postos em um dos seguintes materiais [Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do CJF](#) ou [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara de Sustentabilidade \(AGU\)](#):

- a) Utilizar, nos serviços, as embalagens fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, consoante o disposto no art. 32 da Lei nº 12.305/2010, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto, projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm, ou recicladas, se a reutilização não for possível;
- b) Empregar de materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;
- c) Atender a política de logística reversa, prevista na Lei 12.305/2010, para o tratamento de elementos qualificados como lixo tecnológico;
- d) Adotar equipamentos que estejam alinhados com as melhores práticas referentes à eficiência energética, maior vida útil e menor custo de manutenção;
- e) Dar preferência a materiais, tecnologias e matérias-primas de origem nacional e com maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2.1 Indica-se a(s) marca(s) ou modelo(s) Digifort, como plataforma de monitoramento de vídeo (VMS). Justifica-se a indicação em razão de ser a solução de plataforma de vídeo monitoramento atualmente empregada no âmbito da Justiça Federal na Bahia, de forma a manter a uniformidade de solução, com fulcro no art. 41, I, alínea b da Lei 14.133/2021.

4.2.2 As demais marcas/modelos indicadas nos Anexos I-A1 a I-E3 servem, tão somente, como referência da qualidade do produto que atende ao interesse desta Administração Pública. Assim sendo, serão aceitas marcas de qualidade similar ou superior.

#### **Da vedação de utilização de marca ou modelos**

4.3. Não há restrição de marcas/modelos.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.4. Não será exigida carta de solidariedade.

#### **Da exigência de amostra**

4.5. Não será exigida amostra.

#### **Subcontratação**

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.7. **Será exigida garantia** da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.7.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato, sob pena de preclusão do direito pela escolha dessa modalidade de garantia.

4.7.2.A garantia, nas modalidades caução em dinheiro, título da dívida pública, título de capitalização ou fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.7.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **Vistoria**

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, nos horários abaixo.

**4.8.1 Para agendamento de vistoria, o interessado deve entrar em contato com cada Subseção Judiciária individualmente, conforme a seguir:**

**a) Subseção Judiciária de Barreiras:** Seção de Suporte Administrativo e Operacional (SESAP), através do telefone (77) 99910-1742, das 10:00 horas às 17:00 horas.

**b) Subseção Judiciária de Eunápolis:** Seção de Suporte Administrativo e Operacional (SESAP), através do telefone (73) 99984-1864, das 09:00 horas às 16:00 horas.

**c) Subseção Judiciária de Juazeiro:** Seção de Suporte Administrativo e Operacional (SESAP), através do telefone (74) 3212-1800, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11. A realização da vistoria não é condição para a contratação. Todavia, ficam as empresas cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas alegações posteriores de inviabilidade de cumprimento das obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

4.12. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto será a data definida previamente a assinatura do contrato.

5.1.1.1. O Contratado terá 10 dias a partir da data de homologação do certame para informar a data de início dos serviços;

5.1.1.2. A data de início dos serviços não poderá ultrapassar **30 (trinta) dias** da data de homologação do certame;

5.1.1.3. No caso de obras complexas, assim definidas pela Administração, a data de início dos serviços poderá ser de até **60 (sessenta) dias** da data de homologação do certame;

5.2. Os serviços serão realizados em rígida observância ao Termo de Referência.

5.3. É necessário que o **Termo de Referência** seja minuciosamente conhecido pela CONTRATADA, em todas as suas partes.

5.4. As dúvidas, relativas ao Termo de Referência, serão encaminhadas ao autor do projeto, sendo o mesmo incumbido de realizar os esclarecimentos, com o auxílio da SEENG – Seção de Engenharia, caso seja necessário.

5.5. As dúvidas, relativas aos projetos de engenharia, serão encaminhadas ao profissional autor do projeto, sendo o mesmo incumbido de realizar os desenhos e/ou detalhes necessários para esclarecimento das dúvidas. Durante a execução, o profissional autor do projeto, poderá elaborar detalhes que complementem o projeto, com a finalidade de dirimir quaisquer dúvidas da CONTRATADA.

5.6. A CONTRATADA fornecerá os equipamentos, mão de obra, materiais, transporte e tudo o mais que for necessário para a execução dos serviços.

5.7. As amostras dos materiais a serem utilizados serão submetidas previamente à aprovação da FISCALIZAÇÃO, antes de sua aquisição.

5.8. Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e deverão estar de acordo com as especificações, exceto naqueles serviços de remanejamento/aproveitamento de

materiais, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

5.9. A CONTRATADA deverá executar todo e qualquer serviço de demolição/retirada que seja necessário para execução do serviço. **Em todos os casos, o reaproveitamento do material proveniente será decidido exclusivamente pela FISCALIZAÇÃO.**

5.10. Os serviços de demolição e remoção serão executados com equipamentos que garantam perfeita segurança no desenvolvimento dos trabalhos e fiel cumprimento do prazo estabelecido.

5.11. Todo o contato entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA será, de preferência, procedido através do profissional responsável pela obra.

5.12. Todos os elementos constantes na planilha orçamentária e no Projeto deverão ser executados. A planilha orçamentária e as especificações se completam e os seus conteúdos valem isoladamente, podendo, portanto, um elemento constar apenas de uma destas partes. A CONTRATADA deverá executar os elementos e os serviços, ainda que conste somente de uma destas partes e independentemente de detalhamento.

5.13. Não será aceita a oferta de serviços com especificações diferentes das indicadas neste Termo de Referência.

5.14. Detalhes não fornecidos preveem que o objeto seguirá o mesmo padrão dos demais detalhes, contudo, deverá ser sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.

5.15. A FISCALIZAÇÃO medirá, somente serviços completamente finalizados e totalmente sem pendências, desta forma, não caberá pagamento de materiais ou equipamentos postos no serviço e ou pagamento parcial de itens indivisíveis.

5.16. A CONTRATADA só poderá subcontratar partes do serviço que estão especificada no item 4.6 deste instrumento e desde que exista aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, com apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos da empresa CONTRATADA. A empresa subcontratada deverá apresentar, ainda, a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, caso sejam serviços relacionados com essas exigências.

5.17. Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

5.18. Para efeito da interpretação de divergência entre os documentos, fica estabelecido que a CONTRATADA deverá consultar a FISCALIZAÇÃO sobre quaisquer divergências entre a planilha e o Termo de Referência, ficando a FISCALIZAÇÃO incumbida de dirimir a dúvida.

5.19. O pedido de similaridade de material será possível, desde que solicitado por escrito pela CONTRATADA, em tempo hábil, acompanhado dos elementos técnicos necessários à análise dos mesmos, ou seja, amostras, catálogos com especificações técnicas dos materiais, seus componentes, seu sistema e sua tecnologia, relatórios ou pareceres técnicos de laboratórios especializados ou certificações, para que a CONTRATANTE se manifeste a respeito, emitindo autorização expressa.

5.20. Em caso de eventualidades técnicas que obriguem a mudança de algum material especificado, o assunto deve obedecer ao prescrito no parágrafo anterior.

5.21. Serão de uso obrigatório os equipamentos de segurança específico para o serviço, conforme o disposto na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06.07.78 (suplemento) e também na NR-10 que trata da segurança em instalações e serviços em eletricidade, no que for pertinente à execução do serviço.

**5.22. Serão passíveis de aditamento os itens enquadrados nas seguintes condições:**

- Serviços, materiais ou equipamentos com desvio maior ou igual a 1,20% do valor global da obra.

5.23. Situações não contempladas pelos itens acima sofrerão análise pontual, caso a caso.

5.24. Qualquer pleito de aditivo deverá ser enviado juntamente com análise dos projetos e memorial de cálculo detalhado.

5.25. As ferramentas, materiais e equipamentos serão dimensionados e fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o seu plano de serviço, observadas as especificações estabelecidas (Caderno de Encargos) e as normas pertinentes.

5.26. A CONTRATADA deverá apresentar cronograma físico-financeiro para cada parcela autônoma de contratação, estruturado segundo etapas e subetapas de execução em função do respectivo Eventograma, com prazos de execução física compatíveis com a atividade prevista.

5.26.1 Considera-se que o Eventograma é o cronograma das eventos (etapas) e será aquele apresentado pela Administração (Anexos I-H1 a I-H3 do presente certame), o qual estabelece os eventos que devem ser observados para que uma etapa seja considerada concluída.

5.27. As etapas do Eventograma são definidas por Metas de Resultados a serem cumpridas, conforme necessidade da Administração.

5.28. As subetapas do cronograma físico-financeiro deverão definir os menores blocos de serviços que, uma vez completamente executados em conjunto, constituirão uma etapa do Eventograma e serão mensurados pela FISCALIZAÇÃO, observado especialmente que as contratações ocorrerão sob o regime de **Empreitada por Preço Global**.

5.29. As subetapas deverão estar claramente definidas em blocos de atividades físicas, no cronograma físico-financeiro, em função do respectivo Eventograma, de modo que não restem dúvidas durante as medições.

## Local e horário da prestação dos serviços

5.30. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

**a) Subseção Judiciária de Barreiras:** Rua Aníbal Alves Barbosa, s/n - Fórum Tarcílio Vieira de Melo, 5º andar - Bairro Centro - CEP 47800-163 - Barreiras/BA.

**b) Subseção Judiciária de Eunápolis:** Avenida Artulino Ribeiro, nº 448 - Bairro Dinah Borges. Cep: 45.830-100 - Eunápolis/BA.

**c) Subseção Judiciária de Juazeiro:** Av. Comissão do Valê, s/n, Piranga, Juazeiro - BA, 48900-056.

5.31. Os serviços serão prestados nos seguintes dias da semana e horário: Todos os dias, no período compreendido entre as 07:00 horas às 17:00 horas, sempre em concordância com a SESAP local.

## Materiais a serem disponibilizados

5.32. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, conforme especificados nos **Anexos I-A1 a I-E3**, promovendo sua substituição quando necessário.

## Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.33. No preço proposto deverão estar computadas todas as despesas com mão de obra, fornecimento de serviços, materiais e ferramentas necessárias, bem como todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transporte, prêmio de seguro e *outras despesas que, embora não constem expressamente neste Termo de Referência, sejam de responsabilidade da empresa, por serem indispensáveis à perfeita execução do objeto contratual.*

5.34. A empresa interessada deverá apresentar proposta que contenha os seguintes documentos, **com a devida indicação de seu autor, respectiva assinatura e responsabilidade técnica:**

5.34.1. Planilha Orçamentária detalhada, contendo preço global para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, acompanhado dos quantitativos, composições de preços unitários (CPU), preços unitários e totais de cada item, de todos os materiais e equipamentos e serviços que serão efetivamente fornecidos e prestados.

5.34.1.1. A Planilha Orçamentária é de inteira responsabilidade do proponente, não lhe sendo admitida a arguição de omissões, enganos e erros posteriores, com a pretensão de alterar o valor global proposto.

5.34.2. Composição do BDI para fornecimento de equipamentos e para serviços de edificação.

5.34.2.1. As empresas deverão apresentar os itens de composição do BDI (para edificações e equipamentos) explicitada em folha separada, dentro dos parâmetros traçados no Acórdão n. 2622/2013 do Plenário do TCU.

5.34.3. Cronograma físico-financeiro.

5.35. Quaisquer outros serviços não relacionados na planilha, mas citados ou definidos como itens deste Termo de Referência e que sejam intrínsecos e indispensáveis para a perfeita execução dos trabalhos, deverão ter seus custos considerados pelos interessados e diluídos nos itens da planilha orçamentária.

5.36. A proposta de preço deverá ser apresentada também em arquivo digital, no formato Excel, para fins de verificação do critério de aceitabilidade de preço unitário e global.

**5.36.1. As proponentes não poderão alterar as fórmulas de cálculo contidas nas planilhas orçamentárias.**

5.37. Os itens fornecidos apenas em orçamento devem ser considerados como meramente informativos, devendo cada interessado avaliar e adotar os seus próprios preços, segundo sua própria metodologia.

5.38. A ausência, na Planilha Orçamentária, de qualquer dos itens especificados neste Termo de Referência e necessários a execução satisfatória do objeto, não exime a CONTRATADA de executá-la dentro do preço global da proposta, devendo o orçamento da interessada ser elaborado levando em consideração que os serviços, objeto da contratação, deverão ser entregues completos, mesmo quando não expressamente indicados nas especificações, ficando a cargo da interessada a previsão de qualquer serviço ou material necessário, não lhe cabendo quaisquer acréscimos de pagamento decorrente de tal situação.

5.39. A coluna de quantidade da Planilha Orçamentária é de inteira responsabilidade do proponente, não lhe sendo admitida a arguição de omissões, enganos e erros posteriores, com a pretensão de alterar o valor global proposto.

5.40. Para a produção das Planilhas Orçamentárias poderá ser usado qualquer programa de orçamentação de serviços de engenharia, que atenda o especificado neste Termo de Referência.

**5.41. Os preços unitários de materiais, serviços e equipamentos para TODOS os itens das Planilhas Orçamentárias e nas Composições de Preços Unitários, devem ser iguais ou menores que a mediana dos preços constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI de Salvador (mês de referência: DEZEMBRO/2025), da Caixa Econômica Federal, quando possível, observado o disposto no Decreto n. 7.983/2013.**

5.42. Na planilha sintética deverão constar as seguintes colunas: código SINAPI, item, discriminação, unidade, quantidade, custo unitário e custo total.

5.43. Os quantitativos envolvidos neste Termo de Referência podem ser levantados através dos seus anexos, se for o caso, ou mencionados ao longo do corpo das especificações.

5.44. As empresas deverão apresentar a Composição de Custos Unitários de todos os serviços constantes da proposta, não podendo existir alterações em itens e coeficientes unitários, apenas ajuste de preços.

5.45. As empresas deverão apresentar a Composição dos Encargos Sociais de Horistas e de Mensalistas, conforme indicado na tabela SINAPI. Deverão ser adotados encargos para a cidade de Salvador.

5.46. Por se tratar o objeto da contratação de obra de engenharia e ou de serviço de engenharia sem terceirização de mão de obra, o contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.47. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **12 (doze)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.48. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos e serviços fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.49. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.50. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.51. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.52. Na vigência da garantia, a CONTRATADA obrigará-se a reparar ou reexecutar, sem ônus para a CONTRATANTE, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o uso a que se destina ou lhe diminuam o valor, no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela CONTRATADA, da comunicação de inconformidade.

5.53. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.54. Na hipótese da necessidade de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou por assistência técnica autorizada, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.55. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.56. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.57. O pedido de substituição ou de reparo do objeto contratado, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail, fax ou outro meio hábil de comunicação. Não sendo o vício sanado no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato firmado entre as partes, se houver, observado o contraditório e a ampla defesa. A garantia, em todos os casos, engloba a proteção contra vícios, defeitos ou incorreções advindos da fabricação, montagem e desgaste excessivo.

### **Reuniões de Trabalho**

5.58. A CONTRATADA fica obrigada a comparecer às seguintes reuniões:

5.58.1. Reunião de Início dos Serviços:

5.58.1.1. Será realizada reunião de início dos serviços, entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO, na Seção de Engenharia (SEENG), no(s) local(is) da(s) obra(s) ou via Web, para esclarecimento dos critérios, condicionantes, conteúdo dos documentos e etc., que deverão ser observados na execução dos serviços.

5.58.1.2. Nesta reunião, deverá estar presente o responsável técnico da CONTRATADA.

5.58.1.3. Eventuais despesas com diárias, transporte, etc. da CONTRATADA serão por conta da CONTRATADA.

5.58.2. Reuniões de Final de Etapa:



5.58.2.1. Serão realizadas reuniões de avaliação dos serviços, soluções de pendências, ajustes e correções entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO, sempre após a avaliação de cada etapa de entrega dos serviços, se for o caso. **A necessidade da realização da reunião será de decisão da CONTRATANTE**. Estas serão realizadas em local determinado pela CONTRATANTE, prioritariamente no local da obra.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.59. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- a) A Contratada, assim que entender por concluídos os serviços, deve realizar a comunicação de finalização de obra via e-mail.
- b) A Fiscalização terá 15 dias a partir da comunicação de finalização de obra para realizar a vistoria de recebimento.

### **Vagas Reservadas a Pessoas Egressas do Sistema Prisional e Mulheres Vítimas de Violência Doméstica** (1º§ ao §4º do art.11 da Resolução CNJ 652/2025 c/c a Resolução CNJ 497/2023)

5.60. A Contratada deverá alocar na prestação da obra/serviços, no mínimo, 5% (cinco por cento) da mão de obra na execução do contrato, durante todo o período de vigência do contrato, pessoas egressas do sistema prisional e ou mulheres vítimas de violência doméstica

5.60.1. Para cálculo do percentual de vagas reservadas, de que trata o item anterior, será considerado o quantitativo total de mão de obra necessário à execução do contrato.

5.60.2. O recrutamento dessas pessoas deve dar-se mediante acesso a cadastro existente em instituições públicas, organizações da sociedade civil ou outros organismos e instituições credenciadas que atuem na atenção a essas pessoas, observado o atendimento aos requisitos profissionais necessários para o exercício da atividade objeto do contrato.

5.60.3. O Governo do Estado da Bahia firmou o Acordo de Cooperação Técnica nº 27/2024 com o Ministério das Mulheres com o objetivo de estabelecer ações conjuntas que assegurem o atendimento de percentual mínimo de vagas em contratações públicas ([https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/estados-parceiros/acordos-e-planos/ba/Acordo\\_de\\_Cooperacao\\_Tecnica\\_27.pdf](https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/estados-parceiros/acordos-e-planos/ba/Acordo_de_Cooperacao_Tecnica_27.pdf)). Os itens 7.2.3 e 7.2.8 da “Cláusula Sétima – Das Atribuições” do Acordo de Cooperação Técnica nº 27/2024 estipulam como atribuição da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia “*Manter ou articular-se para a manutenção de banco de dados atualizado de mulheres em situação de violência doméstica e familiar atendidas pela rede, que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho, com suas respectivas qualificações;*” e “*Disponibilizar ao órgão ou à entidade contratante e à empresa contratada informações e contatos da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar com vistas a que os forneçam às pessoas diretamente relacionadas à mulher contratada em funções de chefia, supervisão ou representação, em condição de preposto(a), para adoção de medidas necessárias caso venham a identificar riscos à segurança ou indicativos de ocorrência de novos atos de violência a que a mulher tenha sido submetida;*”.

5.60.4. Não será caracterizado descumprimento da obrigação de que trata este item a indisponibilidade de mão de obra com qualificação necessária para atendimento do objeto contratual, devendo a contratada fazer prova de que tal mão de obra não se encontra disponível para captação na Secretaria de Política para Mulheres, por conta do disposto no item 1.1.5 do Acordo de Cooperação Técnica n.27/2024 firmado entre o Ministério das Mulheres e o Estado da Bahia por intermédio da Secretaria de Políticas para Mulheres.

5.60.5. A comprovação, pela Contratada, de cumprimento das obrigações atinentes à reserva de vagas será por meio de documento sigiloso que contenha a relação de mulheres recrutadas e declaração ou certidão emitida pela instituição ou entidade de cujo cadastro foram selecionadas, que ateste a referida condição.

5.60.6. Deve a contratada manter sigilo sobre a situação de vulnerabilidade das colaboradoras alocadas à prestação de serviços e de quaisquer outras a que tiver acesso por força ou em virtude da contratação, notadamente para que o tratamento de dados respeite os ditames da Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Deve a contratada também ser diuturnamente vigilante para não admitir ou tolerar tratamento discriminatório a essas mulheres.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que

conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços nos horários de trabalho. Justifica-se a presença de preposto pela necessidade em manter constante acompanhamento da obra/serviço.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.9.1. A depender do valor e complexidade do contrato, a gestão e fiscalização técnica e administrativa poderão ser exercidas por um único servidor, ocasião em que os relatórios circunstanciados e instrumentos de controle, caso haja, serão por ele realizados.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

6.20. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à

verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.21. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.22. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.23. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.24. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.25. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.26. enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.27. controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e, quando necessário, notificar a contratada sobre o prazo limite para o exercício do direito ao reajuste, observada a possibilidade de negociação para reduzir os custos da contratação.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a metodologia descrita na Especificação Técnica de Projetos (ETE - Anexos I-F1, I-F2 e I-F3) e o disposto neste item.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, aferido por meio de Eventograma - Anexos I-H1, I-H2 e I-H3 deste TR, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.1. não produzir os resultados acordados,

7.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. Seguindo recomendação do Acórdão 178/2019 do TCU, o acompanhamento administrativo/executivo da obra (Engenheiro, Mestre de Obra, Encarregado, Técnico de Segurança etc) será remunerado proporcionalmente ao avanço físico da mesma e ocorrerá da seguinte forma:

a) será aferido o valor a ser pago por medição, pela Administração, e este será igual ao valor efetivo da medição atestado pela CONTRATANTE em campo (sem a inclusão da Administração local da obra/serviço). Chamaremos essa parcela de A;

b) seguidamente, será verificado o valor estabelecido no cronograma físico-financeiro para aquele mês do pagamento (sem a inclusão da Administração local da obra/serviço). Chamaremos essa parcela de B;

c) o quociente da divisão entre as parcelas A e B será multiplicado pelo valor unitário dos itens correspondentes à Administração local da obra/serviço constante na planilha orçamentária. O resultado dessa multiplicação será a remuneração devida a título de "Administração local da obra/serviço"

7.5. Em se tratando de empreitada por preço global é adotada a sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, aferido por meio de Eventograma - Anexos I-H1, I-H2 e I-H3 deste TR.

### **Do recebimento**

7.6. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Eventograma, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Eventograma, estiverem executados em sua totalidade.

7.6.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.7.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.17.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Dispensa;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, serão devidos à CONTRATADA juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia sobre o valor da nota fiscal, a contar do dia subsequente ao do vencimento do prazo para pagamento até o dia do efetivo pagamento, exceto na hipótese de glosa para posterior apuração da falta.

## **Forma de pagamento**

7.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**



8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **Regime de Execução**

8.2. O regime de execução do contrato será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico: **a)** planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021); **b)** composição da taxa de BDI, discriminado seus elementos e **c)** composição dos encargos sociais, com metodologia de cálculo e incidência sobre os serviços.

8.3.2. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

a) valor global:

- Para a SSJ de Barreiras: R\$ 82.223,98 (oitenta e dois mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos)

- Para a SSJ de Eunápolis: R\$ 180.813,42 (cento e oitenta mil, oitocentos e treze reais e quarenta e dois centavos)

- Para a SSJ de Juazeiro: R\$ 163.749,51 (cento e sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos)

b) os custos unitários de TODOS os itens da(s) Planilha Orçamentária(s), haja vista que esta licitação está baseada em projeto executivo de arquitetura e engenharia, de modo que a unidade técnica considera todos os itens que integram a planilha são relevantes dentro do seu entendimento a luz do §3º do art.59 da Lei 14.133/2021.

### **Exigências de habilitação**

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União ([https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep)).

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.15. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.16. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.20. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.22. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.23. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.34. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.35. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.36. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um).

8.36.1. Caso um dos indicadores fixados acima seja inferior a 1, deverá a licitante comprovar que dispõe de Patrimônio Líquido Mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.36.2. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

8.37. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos e serão exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item serão aferidos pela Seção de Contabilidade desta Administração Pública.

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

8.40. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.40.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.41. Prova de registro, em plena validade, da interessada e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho profissional competente (CREA, CAU ou CRT).**

8.42. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.43. Comprovação de possuir em seu quadro técnico **profissionais detentores de Certidão de Acervo Técnico (CAT) e das correspondentes Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), Registro(s) de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica (TRT), acompanhados dos respectivos Atestados de Capacidade Técnica (profissionais)**, fornecidos por Órgão de Administração Pública ou entidade privada, que comprovem a capacidade para a execução de serviços de características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, quais sejam:

**8.43.1 - Profissional Engenheiro Eletricista, Engenheiro Eletrônico, Engenheiro de Telecomunicações, Eletrotécnico, Técnico em Eletrônica ou Técnico em Telecomunicações**, com atestado de execução de:

a) **Instalação de sistema de videomonitoramento (CFTV) IP;**

8.44. Os profissionais indicados pela interessada, detentores de atestados de responsabilidade técnica exigidos no subitem anterior, **serão obrigatoriamente os responsáveis técnicos pela execução do serviço**, respondendo perante a Seção Judiciária da Bahia, por todos os atos da empresa, só se admitindo a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, **desde que aprovado pela CONTRATANTE** e apresente novas CATs, com respectivos Atestados e ART, RRT e/ou TRT.

8.44.1. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.45. O vínculo dos profissionais, acima especificados, com a empresa interessada, deverá ser comprovado de modo inequívoco, mediante um dos documentos:

- Sócio: contrato social devidamente registrado no órgão competente.
- Diretor: contrato social, no caso de firma individual ou limitada, ou cópia de ata de eleição publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima.
- Empregado: cópia da carteira de trabalho e previdência social ou contrato de trabalho em vigor.
- Profissional contratado: contrato de prestação de serviços regidos pela legislação civil comum, com prazo de vigência que abranja todo o período de duração da contratação.

8.46. Apresentar **Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), acompanhados dos respectivos Atestados de Capacidade Técnica (operacional)**, fornecidos por Órgão de Administração Pública ou entidade privada, que comprovem a capacidade para a execução de serviços de características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, quais:

a) **Execução de Instalação de Sistema de Videomonitoramento (CFTV) IP.**

8.47. Poderá haver a somatória de atestados para cumprimento das exigências de capacidade técnica **operacional e profissional**, contudo pelo menos um dos atestados deve conter no mínimo 50 % das quantidades exigidas.

8.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.49. Caso a Administração entenda necessário, a empresa deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.49.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.49.2. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Documentação complementar para cooperativas**

8.50. Para participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.50.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.50.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.50.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.50.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.50.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.51. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.51.1. ata de fundação;

8.51.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.51.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.51.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.51.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

8.51.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

8.51.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 426.786,91 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos)**, o qual corresponde ao somatório de **R\$ 82.223,98 (oitenta e dois mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos)**, para a SSJ de Barreiras; **R\$ 180.813,42 (cento e oitenta mil, oitocentos e treze reais e quarenta e dois centavos)**, para a SSJ de Eunápolis; e **R\$ 163.749,51 (cento e sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos)**, para a SSJ de Juazeiro, conforme PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, Anexos I-A1 a I-A3 constantes no link informado no item 1.1.1 deste Termo de Referência.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação (24666298):

**I) CFTV Barreiras**

a) Gestão/Unidade: 090012

- b) Fonte de Recursos: 1000000000  
c) Programa de Trabalho: 268995  
d) Elemento de despesa: 339039 (RDO 4957026) e 449052 (RDO 4596926)

## II) CFTV Eunápolis

- a) Gestão/Unidade: 090012  
b) Fonte de Recursos: 1000000000  
c) Programa de Trabalho: 268997  
d) Elemento de despesa: 339039 (RDO 4955226) e 449052 (RDO 4949126)

## III) CFTV Juazeiro

- a) Gestão/Unidade: 090012  
b) Fonte de Recursos: 1000000000  
c) Programa de Trabalho: 268996  
d) Elemento de despesa: 339039 (RDO 4957226) e 449052 (RDO 4957126)

Salvador/BA, 16 de março de 2026.

### ANEXO I-A1 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - SSJ BARREIRAS

|   |               |         |  |     |        |                                      |             |          |
|---|---------------|---------|--|-----|--------|--------------------------------------|-------------|----------|
| <div></div> |               |         |  |     |        |                                      |             |          |
| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA   |               |         |  |     |        |                                      |             |          |
| UNIDADE CONTEMPLADA:  |               |         | SUBSEÇÃO<br>JUDICIÁRIA DE<br>BARREIRAS (BES)   |     |        |                                      |             |          |
| BASES OFICIAIS CONSIDERADAS:  |               |         | Data de Preço<br>SINAPI: 12/2025   |     |        | Data de<br>Preço<br>ORSE:<br>09/2025 |             |          |
| DATA DE ELABORAÇÃO:   |               |         | 15/01/2026   |     |        |                                      |             |          |
| OBJETO:   |               |         | Contratação de empresa especializada em engenharia contratação de empresas especializadas para fornecimento e instalação de Sistemas de Videomonitoramento (CFTV) para as Subseções Judiciárias de Barreiras (BES), Eunápolis (EUS) e Juazeiro (JUO) da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária da Bahia. |     |        |                                      |             |          |
| Encargos Sociais:   |               |         | Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.   |     |        |                                      |             |          |
| Item  | Código        | Banco   | Descrição  | Und | Quant. | Valor Unit                           | Valor Total | Peso (%) |
| 1   |               |         | ADMINISTRAÇÃO  |     | 1      | 476,39                               | 476,39      | 0,65 %   |
| 1.1   | SEENG00000283 | Próprio | TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - TRT - Técnicos Industriais 2025  | und | 1      | 64,89                                | 64,89       | 0,09 %   |
| 1.2   | 88266         | SINAPI  | ELETROTÉCNICO  | H   | 10     | 41,15                                | 411,50      | 0,56 %   |



|       |           | COM ENCARGOS COMPLEMENTARES |  |    |    |         |          |        |
|-------|-----------|-----------------------------|--|----|----|---------|----------|--------|
| 2     |           | INFRAESTRUTURA              |  |    | 1  | 2697,35 | 2.697,35 | 3,70 % |
| 2.1   |           | CONDULETES                  |  |    | 1  | 429,82  | 429,82   | 0,59 % |
| 2.1.1 | 95787     | SINAPI                      | CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO LR, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022                                     | UN | 11 | 32,36   | 355,96   | 0,49 % |
| 2.1.2 | 95795     | SINAPI                      | CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO T, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4'   | UN | 2  | 36,93   | 73,86    | 0,10 % |
| 2.2   |           | ELETROCALHA                 |  |    | 1  | 1384,19 | 1.384,19 | 1,90 % |
| 2.2.1 | SEENG0641 | Próprio                     | (SINAPI 97240 - ADAPTADA) - ELETROCALHA LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA 150MM E ALTURA 50MM, INCLUSIVE EMENDA E FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO        | M  | 7  | 120,68  | 844,76   | 1,16 % |
| 2.2.2 | SEENG0642 | Próprio                     | (SINAPI 97284 - ADAPTADA) - CURVA HORIZONTAL 90º, PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 150MM E ALTURA DE 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 1  | 118,28  | 118,28   | 0,16 % |
| 2.2.3 | SEENG0643 | Próprio                     | (SINAPI 97317 - ADAPTADA) - TÊ HORIZONTAL 90º, PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 150MM E ALTURA DE 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.    | UN | 1  | 158,03  | 158,03   | 0,22 % |
| 2.2.4 | SEENG0644 | Próprio                     | (SINAPI 97317 - ADAPTADA) - CURVA DE INVERSÃO, PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 150MM E ALTURA DE 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.    | UN | 1  | 136,60  | 136,60   | 0,19 % |
| 2.2.5 | 723       | ORSE                        | Fornecimento e instalação de saída horizontal para eletroduto 3/4" (ref. vl 33 valemam ou similar)   | un | 9  | 5,61    | 50,49    | 0,07 % |
| 2.2.6 | SEENG0645 | Próprio                     | (SINAPI 97317 - ADAPTADA) - FLANGE DE LIGAÇÃO, PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO  | UN | 1  | 76,03   | 76,03    | 0,10 % |

|            |           |         |   |    |          |                |                 |               |  |
|------------|-----------|---------|---|----|----------|----------------|-----------------|---------------|--|
|            |           |         | GALVANIZADO,<br>LARGURA DE 150MM<br>E ALTURA DE 50MM -<br>FORNECIMENTO E<br>INSTALAÇÃO.   |    |          |                |                 |               |  |
| <b>2.3</b> |           |         | <b>ELETRODUTO</b>   |    | <b>1</b> | <b>848,06</b>  | <b>848,06</b>   | <b>1,16 %</b> |  |
| 2.3.1      | 91863     | SINAPI  | ELETRODUTO RÍGIDO<br>ROSCÁVEL, PVC, DN<br>25 MM (3/4"), PARA<br>CIRCUITOS<br>TERMINAIS,<br>INSTALADO EM<br>FORRO -<br>FORNECIMENTO E<br>INSTALAÇÃO.<br>AF_03/2023   | M  | 27       | 11,64          | 314,28          | 0,43 %        |  |
| 2.3.2      | 104785    | SINAPI  | FIXAÇÃO DE<br>ELETRODUTOS,<br>DIÂMETROS<br>MENORES OU IGUAIS<br>A 40 MM, COM<br>ABRAÇADEIRA<br>METÁLICA RÍGIDA<br>TIPO D COM<br>PARAFUSO DE<br>FIXAÇÃO 1 1/4",<br>FIXADA<br>DIRETAMENTE NA<br>LAJE OU PAREDE.<br>AF_09/2023 | M  | 27       | 13,43          | 362,61          | 0,50 %        |  |
| 2.3.3      | 91875     | SINAPI  | LUVA PARA<br>ELETRODUTO, PVC,<br>ROSCÁVEL, DN 25<br>MM (3/4"), PARA<br>CIRCUITOS<br>TERMINAIS,<br>INSTALADA EM<br>FORRO -<br>FORNECIMENTO E<br>INSTALAÇÃO.<br>AF_03/2023  | UN | 9        | 9,18           | 82,62           | 0,11 %        |  |
| 2.3.4      | 12545     | ORSE    | Fornecimento e<br>instalação de<br>vergalhão (tirante c/<br>rosca<br>d=1/4"x3000mm<br>(marvitec ref. 1431<br>ou similar)  | un | 5        | 17,71          | 88,55           | 0,12 %        |  |
| <b>2.4</b> |           |         | <b>CAIXA DE<br/>PASSAGEM</b>  |    | <b>1</b> | <b>35,28</b>   | <b>35,28</b>    | <b>0,05 %</b> |  |
| 2.4.1      | SEENG0560 | Próprio | FORNECIMENTO E<br>INSTALAÇÃO DE<br>CAIXA DE PASSAGEM<br>PARA CÂMERA DE<br>CFTV TIPO DOME OU<br>BULLET - REF.<br>INTELBRAS VBOX<br>1100 E OU<br>EQUIVALENTE<br>TÉCNICO   | UN | 1        | 35,28          | 35,28           | 0,05 %        |  |
| <b>3</b>   |           |         | <b>CABEAMENTO</b>   |    | <b>1</b> | <b>1948,09</b> | <b>1.948,09</b> | <b>2,67 %</b> |  |
| <b>3.1</b> |           |         | <b>CABO UTP</b>   |    | <b>1</b> | <b>1661,95</b> | <b>1.661,95</b> | <b>2,28 %</b> |  |
| 3.1.1      | 98297     | SINAPI  | CABO ELETRÔNICO<br>CATEGORIA 6,<br>INSTALADO EM<br>EDIFICAÇÃO<br>INSTITUCIONAL -<br>FORNECIMENTO E<br>INSTALAÇÃO.<br>AF_11/2019   | M  | 215      | 7,73           | 1.661,95        | 2,28 %        |  |
| <b>3.2</b> |           |         | <b>CONECTOR</b>   |    | <b>1</b> | <b>286,14</b>  | <b>286,14</b>   | <b>0,39 %</b> |  |
| 3.2.1      | 11242     | ORSE    | Fornecimento e<br>instalação de<br>conector rj 45 macho   | un | 38       | 7,53           | 286,14          | 0,39 %        |  |

|            |               |         |  |    |          |                 |                  |                |
|------------|---------------|---------|--|----|----------|-----------------|------------------|----------------|
| <b>4</b>   |               |         | cat 6<br><b>RACKS,<br/>EQUIPAMENTOS E<br/>ACESSÓRIOS</b>   |    | <b>1</b> | <b>66711,51</b> | <b>66.711,51</b> | <b>91,42 %</b> |
| <b>4.1</b> |               |         | <b>RACKS</b>   |    | <b>1</b> | <b>2560</b>     | <b>2.560,00</b>  | <b>3,51 %</b>  |
| 4.1.1      | 13509         | ORSE    | Rack fechado tipo<br>armário 19" x 44 U x<br>870 mm  | un | 1        | 2.560,00        | 2.560,00         | 3,51 %         |
| <b>4.2</b> |               |         | <b>EQUIPAMENTOS</b>  |    | <b>1</b> | <b>45613,23</b> | <b>45.613,23</b> | <b>62,51 %</b> |
| 4.2.1      | SEENG00000312 | Próprio | SERVIDOR PARA<br>GRAVAÇÃO DE<br>IMAGEM, PARA<br>INSTALAÇÃO EM<br>RACK 19", COM<br>PROCESSADOR INTEL<br>XEON BRONZE 3106<br>OU SUPERIOR, COM,<br>NO MÍNIMO, 1,7GHz,<br>8 NÚCLEOS, 8<br>THREADS E CACHE<br>11MB, SISTEMA<br>OPERACIONAL<br>WINDOWS<br>PROFESSIONAL,<br>MEMÓRIA RAM 16GB<br>DDR4 SINGLE<br>CHANNEL, HD SATA<br>DE 3,5POL, 6GBIT/S,<br>7200 RPM, 2TB, COM<br>COMPARTIMENTOS<br>PARA, ATÉ, 12<br>UNIDADES SAS/SATA<br>DE 3,5POL -<br>REFERÊNCIA<br>COMERCIAL DELL<br>POWEREDGE R760XS | UN | 1        | 18.499,00       | 18.499,00        | 25,35 %        |
| 4.2.2      | SEENG00000278 | Próprio | DISCO RÍGIDO (HD)<br>PARA CFTV,<br>FORMATO 3,5",<br>CAPACIDADE 18TB,<br>INTERFACE SATA,<br>TAXA DE<br>TRANSFERÊNCIA ATÉ<br>255MB/S -<br>REFERÊNCIA<br>COMERCIAL<br>WESTERN DIGITAL<br>WD181PURP OU<br>EQUIVALENTE<br>TÉCNICO   | UN | 4        | 3.029,00        | 12.116,00        | 16,60 %        |
| 4.2.3      | SEENG00000338 | Próprio | NO-BREAK<br>INTERATIVO COM<br>REGULAÇÃO ONLINE,<br>MONOFÁSICO,<br>1200VA, TENSÃO DE<br>ENTRADA BIVOLT<br>AUTOMÁTICO,<br>TENSÃO DE SAÍDA<br>115VAC, FATOR DE<br>POTÊNCIA DE SAÍDA<br>MÍNIMO 0,5, COM<br>MÍNIMO DE 6<br>TOMADAS DE SAÍDA,<br>MICROPROCESSADO.<br>REFERÊNCIA<br>COMERCIAL SMS LITE<br>1200Bi/115 OU<br>EQUIVALENTE<br>TÉCNICO   | UN | 1        | 789,90          | 789,90           | 1,08 %         |
| 4.2.4      | SEENG00000311 | Próprio | MICROCOMPUTADOR<br>COM PROCESSADOR<br>INTEL CORE I7 OU<br>SUPERIOR COM, NO<br>MÍNIMO, 4,4GHz, 12<br>NÚCLEOS, 14<br>THREADS E CACHE<br>25MB, SISTEMA<br>OPERACIONAL   | UN | 1        | 6.649,00        | 6.649,00         | 9,11 %         |

|       |               |         |  |    |    |          |          |        |
|-------|---------------|---------|--|----|----|----------|----------|--------|
|       |               |         | WINDOWS<br>PROFESSIONAL,<br>MEMÓRIA RAM 32GB<br>DDR5<br>DUALCHANNEL, SSD<br>DE 512GB PCIe<br>NVMe M.2 (CLASSE<br>25), SAÍDA HDMI,<br>TECLADO COM FIO<br>PADRÃO ABNT-2,<br>MOUSE ÓPTICO COM<br>FIO - REFERÊNCIA<br>COMERCIAL DELL<br>OPTIPLEX SMALL<br>DESKTOP OU<br>EQUIVALENTE<br>TÉCNICO                                 |    |    |          |          |        |
| 4.2.5 | SEENG00000267 | Próprio | MONITOR 32", TELA<br>PLANA LCD,<br>RESOLUÇÃO 4K,<br>UHD, PROPORÇÃO<br>16:9, RELAÇÃO DE<br>CONTRASTE TÍPICA<br>2000:1 OU<br>SUPERIOR, TAXA DE<br>ATUALIZAÇÃO 60HZ,<br>COM AJUSTE DE<br>ALTURA E<br>INCLINAÇÃO E<br>ENTRADAS HDMI E<br>DISPLAYPORT -<br>REFERÊNCIA<br>COMERCIAL LG<br>32UR500-B OU<br>EQUIVALENTE<br>TÉCNICO | UN | 1  | 1.649,38 | 1.649,38 | 2,26 % |
| 4.2.6 | SEENG00000318 | Próprio | CÂMERA PARA CFTV,<br>TIPO BULLET,<br>ALIMENTAÇÃO POE,<br>RESOLUÇÃO MÍNIMA<br>2MP, MICROFONE<br>PARA GRAVAÇÃO DE<br>ÁUDIO, GRAU DE<br>PROTEÇÃO IP67,<br>INFRA VERMELHO<br>COM ALCANCE<br>MÍNIMO 30M E<br>PROTOCOLO H.265 -<br>REFERÊNCIA<br>COMERCIAL<br>HIKVISION DS-<br>2CD1023G2-LIU(F)<br>OU EQUIVALENTE<br>TÉCNICO     | UN | 10 | 342,00   | 3.420,00 | 4,69 % |
| 4.2.7 | SEENG00000319 | Próprio | CÂMERA PARA CFTV,<br>TIPO DOME,<br>ALIMENTAÇÃO POE,<br>RESOLUÇÃO MÍNIMA<br>2MP, MICROFONE<br>PARA GRAVAÇÃO DE<br>ÁUDIO, GRAU DE<br>PROTEÇÃO IP67,<br>INFRA VERMELHO<br>COM ALCANCE<br>MÍNIMO 20M E<br>PROTOCOLO H.265 -<br>REFERÊNCIA<br>COMERCIAL<br>HIKVISION DS-<br>2CD1321G2-LIU OU<br>EQUIVALENTE<br>TÉCNICO          | UN | 1  | 342,00   | 342,00   | 0,47 % |
| 4.2.8 | SEENG00000337 | Próprio | SWITCH NÃO<br>GERENCIÁVEL, COM<br>24 PORTAS GIGABIT<br>(10/100/1000 MBPS)<br>PoE E 2 PORTAS<br>GIGABIT UPLINK,<br>ENDO UMA DELAS<br>SFP, REFERÊNCIA<br>COMERCIAL   | UN | 1  | 2.147,95 | 2.147,95 | 2,94 % |

|            |               |         |  |    |          |                 |                  |                |  |
|------------|---------------|---------|--|----|----------|-----------------|------------------|----------------|--|
|            |               |         | HIKVISION DS-3E0526P-E OU EQUIVALENTE TÉCNICO  |    |          |                 |                  |                |  |
| <b>4.3</b> |               |         | <b>INSTALAÇÃO DE RACK E EQUIPAMENTOS</b>   |    | <b>1</b> | <b>726,75</b>   | <b>726,75</b>    | <b>1,00 %</b>  |  |
| 4.3.1      | SEENG0649     | Próprio | INSTALAÇÃO DE RACK FECHADO, DE PISO, PARA TELEMÁTICA   | UN | 1        | 242,70          | 242,70           | 0,33 %         |  |
| 4.3.2      | SEENG0613     | Próprio | INSTALAÇÃO DE SERVIDOR PARA GRAVAÇÃO DE IMAGEM DE CFTV   | UN | 1        | 25,56           | 25,56            | 0,04 %         |  |
| 4.3.3      | SEENG0588     | Próprio | INSTALAÇÃO DE DISCO RÍGIDO (HD) PARA CFTV, CAPACIDADES DIVERSAS                                  | UN | 4        | 8,48            | 33,92            | 0,05 %         |  |
| 4.3.4      | SEENG0648     | Próprio | INSTALAÇÃO DE NO-BREAK MONOFÁSICO - ATÉ 5KVA   | UN | 1        | 6,39            | 6,39             | 0,01 %         |  |
| 4.3.5      | SEENG0591     | Próprio | INSTALAÇÃO DE MICROCOMPUTADOR OU MONITOR   | UN | 2        | 12,78           | 25,56            | 0,04 %         |  |
| 4.3.6      | SEENG0629     | Próprio | INSTALAÇÃO DE CÂMERA PARA CFTV   | UN | 11       | 33,51           | 368,61           | 0,51 %         |  |
| 4.3.7      | SEENG0647     | Próprio | INSTALAÇÃO DE SWITCH PARA CFTV   | UN | 1        | 24,01           | 24,01            | 0,03 %         |  |
| <b>4.4</b> |               |         | <b>ACESSÓRIOS</b>  |    | <b>1</b> | <b>1286,12</b>  | <b>1.286,12</b>  | <b>1,76 %</b>  |  |
| 4.4.1      | 98302         | SINAPI  | PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019                       | UN | 1        | 1.220,19        | 1.220,19         | 1,67 %         |  |
| 4.4.2      | 8362          | ORSE    | Fornecimento e montagem de guia de cabos horizontais fechado de corpo de aço sae 1020, prof=40mm | un | 1        | 23,38           | 23,38            | 0,03 %         |  |
| 4.4.3      | 1688          | ORSE    | Parafuso com porca gaiola  | un | 16       | 0,80            | 12,80            | 0,02 %         |  |
| 4.4.4      | 1890          | ORSE    | Presilha de poliamida 4,5 x 180 mm   | un | 12       | 0,15            | 1,80             | 0,00 %         |  |
| 4.4.5      | 1969          | ORSE    | Régua (filtro de linha) com 5 tomadas 2p+t   | un | 1        | 27,95           | 27,95            | 0,04 %         |  |
| <b>4.5</b> |               |         | <b>LICENÇAS</b>  |    | <b>1</b> | <b>16525,41</b> | <b>16.525,41</b> | <b>22,65 %</b> |  |
| 4.5.1      | SEENG00000295 | Próprio | SISTEMA DIGIFORT ENTREPRISE - LICENÇA BASE PARA GERENCIAMENTO DE 08 CÂMERAS                      | UN | 1        | 12.311,72       | 12.311,72        | 16,87 %        |  |
| 4.5.2      | SEENG00000297 | Próprio | SISTEMA DIGIFORT ENTREPRISE - PACK ADICIONAL PARA GERENCIAMENTO DE 4 CÂMERAS                     | UN | 1        | 4.213,69        | 4.213,69         | 5,77 %         |  |
| <b>5</b>   |               |         | <b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>   |    | <b>1</b> | <b>1136,95</b>  | <b>1.136,95</b>  | <b>1,56 %</b>  |  |
| <b>5.1</b> |               |         | <b>SERVIÇO EM CÂMERA</b>   |    | <b>1</b> | <b>242,88</b>   | <b>242,88</b>    | <b>0,33 %</b>  |  |
| 5.1.1      | SEENG0593     | Próprio | CONFIGURAÇÃO DE CÂMERAS EM SISTEMAS DE CFTV  | UN | 11       | 22,08           | 242,88           | 0,33 %         |  |
| <b>5.2</b> |               |         | <b>SERVIÇO EM CABEAMENTO</b>   |    | <b>1</b> | <b>200</b>      | <b>200,00</b>    | <b>0,27 %</b>  |  |
| 5.2.1      | 698           | ORSE    | Fornecimento e colocação de anilha para identificação  | un | 250      | 0,80            | 200,00           | 0,27 %         |  |

|                                  |           |         |  |    |      |        |           |        |
|----------------------------------|-----------|---------|--|----|------|--------|-----------|--------|
| 5.3                              |           |         | SERVIÇO EM ALVENARIA   |    | 1    | 2,47   | 2,47      | 0,00 % |
| 5.3.1                            | 104770    | SINAPI  | FURO MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023  | UN | 1    | 2,03   | 2,03      | 0,00 % |
| 5.3.2                            | 2291      | ORSE    | Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores. Rev 03_04/2022 | m² | 0,01 | 44,55  | 0,44      | 0,00 % |
| 5.4                              |           |         | TESTES E TREINAMENTO   |    | 1    | 329,2  | 329,20    | 0,45 % |
| 5.4.1                            | SEENG0568 | Próprio | TREINAMENTO OPERACIONAL - POR HORA   | H  | 8    | 41,15  | 329,20    | 0,45 % |
| 5.5                              |           |         | AS-BUILT   |    | 1    | 362,4  | 362,40    | 0,50 % |
| 5.5.1                            | 90775     | SINAPI  | DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES  | H  | 10   | 36,24  | 362,40    | 0,50 % |
| SUBTOTAL SERVIÇOS:               |           |         |  |    |      |        | 8.271,65  |        |
| BDI PARA SERVIÇOS DE EDIFICAÇÕES |           |         |  |    |      | 22,47% | 1.858,64  |        |
| SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS:        |           |         |  |    |      |        | 64.698,64 |        |
| BDI PARA EQUIPAMENTOS            |           |         |  |    |      | 11,43% | 7.395,05  |        |
| SOMA TOTAL:                      |           |         |  |    |      |        | 82.223,98 |        |

ANEXO I-A2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - SSJ EUNÁPOLIS



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

UNIDADE CONTEMPLADA:

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNÁPOLIS (EUS)

BASES OFICIAIS CONSIDERADAS:

Data de Preço SINAPI: 12/2025

Data de Preço ORSE: 09/2025

DATA DE ELABORAÇÃO:

15/01/2026

OBJETO:

Contratação de empresa especializada em engenharia contratação de empresas especializadas para fornecimento e instalação de Sistemas de Videomonitoramento (CFTV)



para as Subseções Judiciárias de Barreiras (BES), Eunápolis (EUS) e Juazeiro (JUO) da  
Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária da Bahia

**Encargos Sociais:** Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

| Item       | Código        | Banco   | Descrição   | Und | Quant.   | Valor Unit     | Valor Total      | Peso (%)      |
|------------|---------------|---------|---|-----|----------|----------------|------------------|---------------|
| <b>1</b>   |               |         | <b>ADMINISTRAÇÃO</b>  |     | <b>1</b> | <b>887,89</b>  | <b>887,89</b>    | <b>0,56 %</b> |
| 1.1        | SEENG00000283 | Próprio | TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - TRT - Técnicos Industriais 2025   | und | 1        | 64,89          | 64,89            | 0,04 %        |
| 1.2        | 88266         | SINAPI  | ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   | H   | 20       | 41,15          | 823,00           | 0,52 %        |
| <b>2</b>   |               |         | <b>INFRAESTRUTURA</b>   |     | <b>1</b> | <b>13075,1</b> | <b>13.075,10</b> | <b>8,19 %</b> |
| <b>2.1</b> |               |         | <b>CONDULETES</b>   |     | <b>1</b> | <b>74,06</b>   | <b>74,06</b>     | <b>0,05 %</b> |
| 2.1.1      | 95782         | SINAPI  | CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 25 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022  | UN  | 2        | 37,03          | 74,06            | 0,05 %        |
| <b>2.2</b> |               |         | <b>ELETRODUTO</b>   |     | <b>1</b> | <b>12380,4</b> | <b>12.380,40</b> | <b>7,76 %</b> |
| 2.2.1      | 93009         | SINAPI  | ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021   | M   | 180      | 26,18          | 4.712,40         | 2,95 %        |
| 2.2.2      | 91180         | SINAPI  | FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA/PVC ESGOTO/PVC PLUVIAL/CPVC/PPR/COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM, COM ABRAÇADEIRA TIPO D COM PARAFUSO DE FIXAÇÃO 2 1/2", FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE OU PAREDE. AF_09/2023 | M   | 180      | 25,13          | 4.523,40         | 2,83 %        |
| 2.2.3      | 93020         | SINAPI  | CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021   | UN  | 19       | 31,12          | 591,28           | 0,37 %        |
| 2.2.4      | 93014         | SINAPI  | LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021   | UN  | 98       | 19,85          | 1.945,30         | 1,22 %        |
| 2.2.5      | 12463         | ORSE    | Bucha com arruela em liga especial zamak p/eletroduto 50mm, d=2"  | un  | 44       | 13,39          | 589,16           | 0,37 %        |
| 2.2.6      | 91872         | SINAPI  | ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023   | M   | 1        | 18,86          | 18,86            | 0,01 %        |
| <b>2.3</b> |               |         | <b>TOMADA</b>   |     | <b>1</b> | <b>65,28</b>   | <b>65,28</b>     | <b>0,04 %</b> |

|            |               |         |   |    |          |                  |                   |                |
|------------|---------------|---------|---|----|----------|------------------|-------------------|----------------|
| 2.3.1      | SEENG0446     | Próprio | (ADAPTADA DE ORSE 11214) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TOMADA RJ45 SIMPLES, CAT.6, DE EMBUTIR, COMPLETA  | un | 1        | 65,28            | 65,28             | 0,04 %         |
| <b>2.4</b> |               |         | <b>CAIXA DE PASSAGEM</b>  |    | <b>1</b> | <b>555,36</b>    | <b>555,36</b>     | <b>0,35 %</b>  |
| 2.4.1      | SEENG0633     | Próprio | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM PARA CÂMERA DE CFTV TIPO DOME OU BULLET - REF. STILUS CAIXA ORGANIZADORA PARA CFTV PEQUENA   | UN | 24       | 23,14            | 555,36            | 0,35 %         |
| <b>3</b>   |               |         | <b>CABEAMENTO</b>   |    | <b>1</b> | <b>7481,24</b>   | <b>7.481,24</b>   | <b>4,69 %</b>  |
| <b>3.1</b> |               |         | <b>CABO UTP</b>   |    | <b>1</b> | <b>6817,86</b>   | <b>6.817,86</b>   | <b>4,27 %</b>  |
| 3.1.1      | 98297         | SINAPI  | CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019  | M  | 882      | 7,73             | 6.817,86          | 4,27 %         |
| <b>3.2</b> |               |         | <b>CONECTOR</b>   |    | <b>1</b> | <b>632,52</b>    | <b>632,52</b>     | <b>0,40 %</b>  |
| 3.2.1      | 11242         | ORSE    | Fornecimento e instalação de conector rj 45 macho cat 6   | un | 84       | 7,53             | 632,52            | 0,40 %         |
| <b>3.3</b> |               |         | <b>CABO ELÉTRICO</b>  |    | <b>1</b> | <b>30,86</b>     | <b>30,86</b>      | <b>0,02 %</b>  |
| 3.3.1      | 12566         | ORSE    | Plug macho 2p + t, ABNT, de embutir, 10 A com rabicho de cabo PP 3x1,5mm2, com 1,0m   | pt | 1        | 13,60            | 13,60             | 0,01 %         |
| 3.3.2      | 13529         | ORSE    | Plug fêmea 2p + t, ABNT, de embutir, 10 A   | un | 1        | 17,26            | 17,26             | 0,01 %         |
| <b>4</b>   |               |         | <b>RACKS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS</b>   |    | <b>1</b> | <b>136440,82</b> | <b>136.440,82</b> | <b>85,50 %</b> |
| <b>4.1</b> |               |         | <b>RACKS</b>  |    | <b>1</b> | <b>2560</b>      | <b>2.560,00</b>   | <b>1,60 %</b>  |
| 4.1.1      | 13509         | ORSE    | Rack fechado tipo armário 19" x 44 U x 870 mm   | un | 1        | 2.560,00         | 2.560,00          | 1,60 %         |
| <b>4.2</b> |               |         | <b>EQUIPAMENTOS</b>   |    | <b>1</b> | <b>75750,46</b>  | <b>75.750,46</b>  | <b>47,47 %</b> |
| 4.2.1      | SEENG00000312 | Próprio | SERVIDOR PARA GRAVAÇÃO DE IMAGEM, PARA INSTALAÇÃO EM RACK 19", COM PROCESSADOR INTEL XEON BRONZE 3106 OU SUPERIOR, COM, NO MÍNIMO, 1,7GHZ, 8 NÚCLEOS, 8 THREADS E CACHE 11MB, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS PROFESSIONAL, MEMÓRIA RAM 16GB DDR4 SINGLE CHANNEL, HD SATA DE 3,5POL, 6GBIT/S, 7200 RPM, 2TB, COM COMPARTIMENTOS PARA, ATÉ, 12 UNIDADES SAS/SATA DE 3,5POL - REFERÊNCIA COMERCIAL DELL POWEREDGE R760XS OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UN | 1        | 18.499,00        | 18.499,00         | 11,59 %        |
| 4.2.2      | SEENG00000278 | Próprio | DISCO RÍGIDO (HD) PARA CFTV, FORMATO 3,5", CAPACIDADE 18TB, INTERFACE SATA, TAXA  | UN | 6        | 3.029,00         | 18.174,00         | 11,39 %        |

|       |               |         |   |    |   |          |           |        |
|-------|---------------|---------|---|----|---|----------|-----------|--------|
| 4.2.3 | SEENG00000325 | Próprio | DE TRANSFERÊNCIA ATÉ 255MB/S - REFERÊNCIA COMERCIAL WESTERN DIGITAL WD181PURP OU EQUIVALENTE TÉCNICO DISCO RÍGIDO (HD) PARA CFTV, FORMATO 3,5", CAPACIDADE 4TB, INTERFACE SATA, TAXA DE TRANSFERÊNCIA ATÉ 255MB/S - REFERÊNCIA COMERCIAL WESTERN DIGITAL WD43PURz OU EQUIVALENTE TÉCNICO  | UN | 1 | 878,00   | 878,00    | 0,55 % |
| 4.2.4 | SEENG00000338 | Próprio | NO-BREAK INTERATIVO COM REGULAÇÃO ONLINE, MONOFÁSICO, 1200VA, TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT AUTOMÁTICO, TENSÃO DE SAÍDA 115VAC, FATOR DE POTÊNCIA DE SAÍDA MÍNIMO 0,5, COM MÍNIMO DE 6 TOMADAS DE SAÍDA, MICROPROCESSADO. REFERÊNCIA COMERCIAL SMS LITE 1200Bi/115 OU EQUIVALENTE TÉCNICO  | UN | 2 | 789,90   | 1.579,80  | 0,99 % |
| 4.2.5 | SEENG00000311 | Próprio | MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTEL CORE I7 OU SUPERIOR COM, NO MÍNIMO, 4,4GHz, 12 NÚCLEOS, 14 THREADS E CACHE 25MB, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS PROFESSIONAL, MEMÓRIA RAM 32GB DDR5 DUALCHANNEL, SSD DE 512GB PCIe NVMe M.2 (CLASSE 25), SAÍDA HDMI, TECLADO COM FIO PADRÃO ABNT-2, MOUSE ÓPTICO COM FIO - REFERÊNCIA COMERCIAL DELL OPTIPLEX SMALL DESKTOP OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UN | 2 | 6.649,00 | 13.298,00 | 8,33 % |
| 4.2.6 | SEENG00000267 | Próprio | MONITOR 32", TELA PLANA LCD, RESOLUÇÃO 4K, UHD, PROPORÇÃO 16:9, RELAÇÃO DE CONTRASTE TÍPICA 2000:1 OU SUPERIOR, TAXA DE ATUALIZAÇÃO 60HZ, COM AJUSTE DE ALTURA E INCLINAÇÃO E ENTRADAS HDMI E DISPLAYPORT - REFERÊNCIA COMERCIAL LG 32UR500-B OU EQUIVALENTE TÉCNICO  | UN | 2 | 1.649,38 | 3.298,76  | 2,07 % |
| 4.2.7 | SEENG00000317 | Próprio | CÂMERA PARA CFTV, TIPO BULLET, COM RECURSO DE CAPTURA DE FACE PARA RECONHECIMENTO FACIAL, ALIMENTAÇÃO POE, RESOLUÇÃO MÍNIMA 2MP, ÁUDIO BIDIRECIONAL COM FILTRAGEM DE RUÍDO AMBIENTAL, GRAU DE PROTEÇÃO IP67, INFRA VERMELHO COM ALCANCE MÍNIMO 50M E PROTOCOLO H.265 - REFERÊNCIA COMERCIAL HIKVISION iDS-2CD7A46G0-IZHS OU EQUIVALENTE TÉCNICO                                       | UN | 1 | 7.519,00 | 7.519,00  | 4,71 % |

|            |               |         |  |    |          |                 |                  |                |
|------------|---------------|---------|--|----|----------|-----------------|------------------|----------------|
| 4.2.8      | SEENG00000318 | Próprio | CÂMERA PARA CFTV, TIPO BULLET, ALIMENTAÇÃO POE, RESOLUÇÃO MÍNIMA 2MP, MICROFONE PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO, GRAU DE PROTEÇÃO IP67, INFRA VERMELHO COM ALCANCE MÍNIMO 30M E PROTOCOLO H.265 - REFERÊNCIA COMERCIAL HIKVISION DS-2CD1023G2-LIU(F) OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UN | 24       | 342,00          | 8.208,00         | 5,14 %         |
| 4.2.9      | SEENG00000337 | Próprio | SWITCH NÃO GERENCIÁVEL, COM 24 PORTAS GIGABIT (10/100/1000 MBPS) PoE E 2 PORTAS GIGABIT UPLINK, ENDO UMA DELAS SFP, REFERÊNCIA COMERCIAL HIKVISION DS-3E0526P-E OU EQUIVALENTE TÉCNICO   | UN | 2        | 2.147,95        | 4.295,90         | 2,69 %         |
| <b>4.3</b> |               |         | <b>INSTALAÇÃO DE RACK E EQUIPAMENTOS</b>   |    | <b>1</b> | <b>1277,29</b>  | <b>1.277,29</b>  | <b>0,80 %</b>  |
| 4.3.1      | SEENG0649     | Próprio | INSTALAÇÃO DE RACK FECHADO, DE PISO, PARA TELEMÁTICA   | UN | 1        | 242,70          | 242,70           | 0,15 %         |
| 4.3.2      | SEENG0613     | Próprio | INSTALAÇÃO DE SERVIDOR PARA GRAVAÇÃO DE IMAGEM DE CFTV   | UN | 1        | 25,56           | 25,56            | 0,02 %         |
| 4.3.3      | SEENG0588     | Próprio | INSTALAÇÃO DE DISCO RÍGIDO (HD) PARA CFTV, CAPACIDADES DIVERSAS  | UN | 7        | 8,48            | 59,36            | 0,04 %         |
| 4.3.4      | SEENG0648     | Próprio | INSTALAÇÃO DE NO-BREAK   | UN | 2        | 6,39            | 12,78            | 0,01 %         |
| 4.3.5      | SEENG0591     | Próprio | INSTALAÇÃO DE MICROCOMPUTADOR OU MONITOR   | UN | 4        | 12,78           | 51,12            | 0,03 %         |
| 4.3.6      | SEENG0629     | Próprio | INSTALAÇÃO DE CÂMERA PARA CFTV   | UN | 25       | 33,51           | 837,75           | 0,52 %         |
| 4.3.7      | SEENG0647     | Próprio | INSTALAÇÃO DE SWITCH PARA CFTV   | UN | 2        | 24,01           | 48,02            | 0,03 %         |
| <b>4.4</b> |               |         | <b>ACESSÓRIOS</b>  |    | <b>1</b> | <b>2731,59</b>  | <b>2.731,59</b>  | <b>1,71 %</b>  |
| 4.4.1      | 98302         | SINAPI  | PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019   | UN | 2        | 1.220,19        | 2.440,38         | 1,53 %         |
| 4.4.2      | 8362          | ORSE    | Fornecimento e montagem de guia de cabos horizontais fechado de corpo de aço sae 1020, prof=40mm   | un | 2        | 23,38           | 46,76            | 0,03 %         |
| 4.4.3      | 13766         | ORSE    | Bandeja Fixa P/Rack 19" X 500 mm   | un | 1        | 161,15          | 161,15           | 0,10 %         |
| 4.4.4      | 1688          | ORSE    | Parafuso com porca gaiola  | un | 32       | 0,80            | 25,60            | 0,02 %         |
| 4.4.5      | 1890          | ORSE    | Presilha de poliamida 4,5 x 180 mm   | un | 12       | 0,15            | 1,80             | 0,00 %         |
| 4.4.6      | 1969          | ORSE    | Régua (filtro de linha) com 5 tomadas 2p+t   | un | 2        | 27,95           | 55,90            | 0,04 %         |
| <b>4.5</b> |               |         | <b>LICENÇAS</b>  |    | <b>1</b> | <b>54121,48</b> | <b>54.121,48</b> | <b>33,92 %</b> |
| 4.5.1      | SEENG00000295 | Próprio | SISTEMA DIGIFORT ENTREPRISE - LICENÇA BASE PARA GERENCIAMENTO DE 08 CÂMERAS  | UN | 1        | 12.311,72       | 12.311,72        | 7,72 %         |
| 4.5.2      | SEENG00000296 | Próprio | SISTEMA DIGIFORT ENTREPRISE - PACK ADICIONAL PARA GERENCIAMENTO DE 2 CÂMERAS   | UN | 1        | 2.277,67        | 2.277,67         | 1,43 %         |

|                                  |               |         |   |    |      |           |            |         |
|----------------------------------|---------------|---------|---|----|------|-----------|------------|---------|
| 4.5.3                            | SEENG00000299 | Próprio | SISTEMA DIGIFORT<br>ENTREPRISE - PACK<br>ADICIONAL PARA<br>GERENCIAMENTO DE 16<br>CÂMERAS   | UN | 1    | 14.421,34 | 14.421,34  | 9,04 %  |
| 4.5.4                            | SEENG00000314 | Próprio | SISTEMA DIGIFORT<br>FACIAL- LICENÇA BASE<br>PARA RECONHECIMENTO<br>FACIAL PLUS 1 CÂMERA -<br>DFRRN10001V1   | UN | 1    | 25.110,75 | 25.110,75  | 15,74 % |
| 5                                |               |         | SERVIÇOS<br>COMPLEMENTARES  |    | 1    | 1691,91   | 1.691,91   | 1,06 %  |
| 5.1                              |               |         | SERVIÇO EM CÂMERA   |    | 1    | 552       | 552,00     | 0,35 %  |
| 5.1.1                            | SEENG0593     | Próprio | CONFIGURAÇÃO DE<br>CÂMERAS EM SISTEMAS<br>DE CFTV   | UN | 25   | 22,08     | 552,00     | 0,35 %  |
| 5.2                              |               |         | SERVIÇO EM<br>CABEAMENTO  |    | 1    | 440       | 440,00     | 0,28 %  |
| 5.2.1                            | 698           | ORSE    | Fornecimento e colocação<br>de anilha para<br>identificação   | un | 550  | 0,80      | 440,00     | 0,28 %  |
| 5.3                              |               |         | SERVIÇO EM<br>ALVENARIA   |    | 1    | 8,31      | 8,31       | 0,01 %  |
| 5.3.1                            | 104770        | SINAPI  | FURO MECANIZADO EM<br>ALVENARIA, PARA<br>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS,<br>DIÂMETROS MAIORES<br>QUE 40 MM E MENORES<br>OU IGUAIS A 75 MM.<br>AF_09/2023   | UN | 3    | 2,03      | 6,09       | 0,00 %  |
| 5.3.2                            | 2291          | ORSE    | Pintura para interiores,<br>sobre paredes ou tetos,<br>com lixamento, aplicação<br>de 01 demão de líquido<br>selador, 02 demãos de<br>massa corrida e 02<br>demãos de tinta pva latex<br>convencional para<br>interiores. Rev<br>03_04/2022 | m² | 0,05 | 44,55     | 2,22       | 0,00 %  |
| 5.4                              |               |         | TESTES E<br>TREINAMENTO   |    | 1    | 329,2     | 329,20     | 0,21 %  |
| 5.4.1                            | SEENG0568     | Próprio | TREINAMENTO<br>OPERACIONAL - POR<br>HORA  | H  | 8    | 41,15     | 329,20     | 0,21 %  |
| 5.5                              |               |         | AS-BUILT  |    | 1    | 362,4     | 362,40     | 0,23 %  |
| 5.5.1                            | 90775         | SINAPI  | DESENHISTA PROJETISTA<br>COM ENCARGOS<br>COMPLEMENTARES   | H  | 10   | 36,24     | 362,40     | 0,23 %  |
| SUBTOTAL SERVIÇOS:               |               |         |   |    |      |           | 27.145,02  |         |
| BDI PARA SERVIÇOS DE EDIFICAÇÕES |               |         |   |    |      | 22,47%    | 6.099,49   |         |
| SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS:        |               |         |   |    |      |           | 132.431,94 |         |
| BDI PARA EQUIPAMENTOS            |               |         |   |    |      | 11,43%    | 15.136,97  |         |
| SOMA TOTAL:                      |               |         |   |    |      |           | 180.813,42 |         |

ANEXO I-A3 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - SSJ JUAZEIRO

|  |
|--|
|  |
|--|



### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

|                                     |   |                                      |
|-------------------------------------|---|--------------------------------------|
| <b>UNIDADE CONTEMPLADA:</b>         | SUBSEÇÃO<br>JUDICIÁRIA DE<br>JUAZEIRO (JUO)   |                                      |
| <b>BASES OFICIAIS CONSIDERADAS:</b> | Data de Preço<br>SINAPI: 12/2025  | Data de<br>Preço<br>ORSE:<br>09/2025 |
| <b>DATA DE ELABORAÇÃO:</b>          | 15/01/2026  |                                      |
| <b>OBJETO:</b>                      | <b>Contratação de empresa especializada em engenharia contratação de empresas especializadas para fornecimento e instalação de Sistemas de Videomonitoramento (CFTV) para as Subseções Judiciárias de Barreiras (BES), Eunápolis (EUS) e Juazeiro (JUO) da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária da Bahia.</b> |                                      |
| <b>Encargos Sociais:</b>            | <b>Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.</b>   |                                      |

| Item       | Código        | Banco   | Descrição   | Und | Quant.   | Valor Unit    | Valor Total   | Peso (%)      |
|------------|---------------|---------|---|-----|----------|---------------|---------------|---------------|
| <b>1</b>   |               |         | <b>ADMINISTRAÇÃO</b>  |     | <b>1</b> | <b>887,89</b> | <b>887,89</b> | <b>0,61 %</b> |
| 1.1        | SEENG00000283 | Próprio | TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - TRT - Técnicos Industriais 2025   | und | 1        | 64,89         | 64,89         | 0,04 %        |
| 1.2        | 88266         | SINAPI  | ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   | H   | 20       | 41,15         | 823,00        | 0,56 %        |
| <b>2</b>   |               |         | <b>INFRAESTRUTURA</b>   |     | <b>1</b> | <b>706,37</b> | <b>706,37</b> | <b>0,48 %</b> |
| <b>2.1</b> |               |         | <b>CONDULETES</b>   |     | <b>1</b> | <b>26,86</b>  | <b>26,86</b>  | <b>0,02 %</b> |
| 2.1.1      | 95779         | SINAPI  | CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4'  | UN  | 1        | 26,86         | 26,86         | 0,02 %        |
| <b>2.2</b> |               |         | <b>PERFILADO</b>  |     | <b>1</b> | <b>292,56</b> | <b>292,56</b> | <b>0,20 %</b> |
| 2.2.1      | 13606         | ORSE    | Perfilado, pré-zincado a fogo, perfurado 38 x 38mm  | m   | 6,5      | 30,89         | 200,78        | 0,14 %        |
| 2.2.2      | 12557         | ORSE    | Junção interna tipo "T" para perfilado, ( ref.: Mopa ou similar)  | un  | 2        | 15,37         | 30,74         | 0,02 %        |
| 2.2.3      | SEENG0106     | Próprio | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE PARA PERFILADO 38X38 MM, ESPAÇADO A CADA 1 M, EM GANCHO CURTO, POR METRO DE PERFILADO FIXADO | M   | 2        | 9,72          | 19,44         | 0,01 %        |
| 2.2.4      | SEENG0664     | Próprio | (ORSE 12556 - ADAPTADA) - CURVA VERTICAL EXTERNA  | un  | 2        | 20,80         | 41,60         | 0,03 %        |



|            |           |         |  |    |          |                |                 |               |
|------------|-----------|---------|--|----|----------|----------------|-----------------|---------------|
|            |           |         | 90° PARA PERFILADO   |    |          |                |                 |               |
| <b>2.3</b> |           |         | <b>ELETRODUTO</b>  |    | <b>1</b> | <b>321,67</b>  | <b>321,67</b>   | <b>0,22 %</b> |
| 2.3.1      | 95727     | SINAPI  | ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022   | M  | 6        | 21,53          | 129,18          | 0,09 %        |
| 2.3.2      | 104785    | SINAPI  | FIXAÇÃO DE ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D COM PARAFUSO DE FIXAÇÃO 1 1/4", FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE OU PAREDE. AF_09/2023 | M  | 6        | 13,43          | 80,58           | 0,06 %        |
| 2.3.3      | 91914     | SINAPI  | CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023                                | UN | 3        | 19,96          | 59,88           | 0,04 %        |
| 2.3.4      | 91884     | SINAPI  | LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023  | UN | 4        | 12,75          | 51,00           | 0,04 %        |
| 2.3.5      | 9924      | ORSE    | Bucha com arruela em liga especial zamak p/eletroduto 20mm, d=3/4"   | un | 1        | 1,03           | 1,03            | 0,00 %        |
| <b>2.4</b> |           |         | <b>TOMADA</b>  |    | <b>1</b> | <b>65,28</b>   | <b>65,28</b>    | <b>0,04 %</b> |
| 2.4.1      | SEENG0446 | Próprio | (ADAPTADA DE ORSE 11214) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TOMADA RJ45 SIMPLES, CAT.6, DE EMBUTIR, COMPLETA   | un | 1        | 65,28          | 65,28           | 0,04 %        |
| <b>3</b>   |           |         | <b>CABEAMENTO</b>  |    | <b>1</b> | <b>5044,56</b> | <b>5.044,56</b> | <b>3,46 %</b> |
| <b>3.1</b> |           |         | <b>CABO UTP</b>  |    | <b>1</b> | <b>4607,08</b> | <b>4.607,08</b> | <b>3,16 %</b> |
| 3.1.1      | 98297     | SINAPI  | CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019   | M  | 596      | 7,73           | 4.607,08        | 3,16 %        |
| <b>3.2</b> |           |         | <b>CONECTOR</b>  |    | <b>1</b> | <b>406,62</b>  | <b>406,62</b>   | <b>0,28 %</b> |
| 3.2.1      | 11242     | ORSE    | Fornecimento e instalação de conector rj 45 macho cat 6  | un | 54       | 7,53           | 406,62          | 0,28 %        |
| <b>3.3</b> |           |         | <b>CABO ELÉTRICO</b>   |    | <b>1</b> | <b>30,86</b>   | <b>30,86</b>    | <b>0,02 %</b> |

|            |               |         |   |    |          |                  |                   |                |
|------------|---------------|---------|---|----|----------|------------------|-------------------|----------------|
| 3.3.1      | 12566         | ORSE    | Plug macho 2p + t, ABNT, de embutir, 10 A com rabicho de cabo PP 3x1,5mm2, com 1,0m   | pt | 1        | 13,60            | 13,60             | 0,01 %         |
| 3.3.2      | 13529         | ORSE    | Plug fêmea 2p + t, ABNT, de embutir, 10 A   | un | 1        | 17,26            | 17,26             | 0,01 %         |
| <b>4</b>   |               |         | <b>RACKS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS</b>   |    | <b>1</b> | <b>136956,28</b> | <b>136.956,28</b> | <b>94,00 %</b> |
| <b>4.1</b> |               |         | <b>FORNECIMENTO DE RACKS</b>  |    | <b>1</b> | <b>2560</b>      | <b>2.560,00</b>   | <b>1,76 %</b>  |
| 4.1.1      | 13509         | ORSE    | Rack fechado tipo armário 19" x 44 U x 870 mm   | un | 1        | 2.560,00         | 2.560,00          | 1,76 %         |
| <b>4.2</b> |               |         | <b>FORNCIMENTO DE EQUIPAMENTOS</b>  |    | <b>1</b> | <b>78685,18</b>  | <b>78.685,18</b>  | <b>54,00 %</b> |
| 4.2.1      | SEENG00000312 | Próprio | SERVIDOR PARA GRAVAÇÃO DE IMAGEM, PARA INSTALAÇÃO EM RACK 19", COM PROCESSADOR INTEL XEON BRONZE 3106 OU SUPERIOR, COM, NO MÍNIMO, 1,7GHz, 8 NÚCLEOS, 8 THREADS E CACHE 11MB, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS PROFESSIONAL, MEMÓRIA RAM 16GB DDR4 SINGLE CHANNEL, HD SATA DE 3,5POL, 6GBIT/S, 7200 RPM, 2TB, COM COMPARTIMENTOS PARA, ATÉ, 12 UNIDADES SAS/SATA DE 3,5POL - REFERÊNCIA COMERCIAL DELL POWEREDGE R760XS OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UN | 1        | 18.499,00        | 18.499,00         | 12,70 %        |
| 4.2.2      | SEENG00000278 | Próprio | DISCO RÍGIDO (HD) PARA CFTV, FORMATO 3,5", CAPACIDADE 18TB, INTERFACE SATA, TAXA DE TRANSFERÊNCIA ATÉ 255MB/S - REFERÊNCIA COMERCIAL WESTERN DIGITAL WD181PURP OU EQUIVALENTE TÉCNICO   | UN | 8        | 3.029,00         | 24.232,00         | 16,63 %        |
| 4.2.3      | SEENG00000325 | Próprio | DISCO RÍGIDO (HD) PARA CFTV, FORMATO 3,5", CAPACIDADE 4TB, INTERFACE SATA, TAXA DE TRANSFERÊNCIA ATÉ 255MB/S - REFERÊNCIA COMERCIAL WESTERN DIGITAL WD43PURz OU EQUIVALENTE TÉCNICO   | UN | 1        | 878,00           | 878,00            | 0,60 %         |
| 4.2.4      | SEENG00000338 | Próprio | NO-BREAK INTERATIVO COM   | UN | 1        | 789,90           | 789,90            | 0,54 %         |

|       |               |         |   |    |   |          |           |        |
|-------|---------------|---------|---|----|---|----------|-----------|--------|
|       |               |         | REGULAÇÃO ONLINE, MONOFÁSICO, 1200VA, TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT AUTOMÁTICO, TENSÃO DE SAÍDA 115VAC, FATOR DE POTÊNCIA DE SAÍDA MÍNIMO 0,5, COM MÍNIMO DE 6 TOMADAS DE SAÍDA, MICROPROCESSADO. REFERÊNCIA COMERCIAL SMS LITE 1200Bi/115 OU EQUIVALENTE TÉCNICO  |    |   |          |           |        |
| 4.2.5 | SEENG00000311 | Próprio | MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTEL CORE I7 OU SUPERIOR COM, NO MÍNIMO, 4,4GHz, 12 NÚCLEOS, 14 THREADS E CACHE 25MB, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS PROFESSIONAL, MEMÓRIA RAM 32GB DDR5 DUALCHANNEL, SSD DE 512GB PCIe NVMe M.2 (CLASSE 25), SAÍDA HDMI, TECLADO COM FIO PADRÃO ABNT-2, MOUSE ÓPTICO COM FIO - REFERÊNCIA COMERCIAL DELL OPTIPLEX SMALL DESKTOP OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UN | 2 | 6.649,00 | 13.298,00 | 9,13 % |
| 4.2.6 | SEENG00000267 | Próprio | MONITOR 32", TELA PLANA LCD, RESOLUÇÃO 4K, UHD, PROPORÇÃO 16:9, RELAÇÃO DE CONTRASTE TÍPICA 2000:1 OU SUPERIOR, TAXA DE ATUALIZAÇÃO 60HZ, COM AJUSTE DE ALTURA E INCLINAÇÃO E ENTRADAS HDMI E DISPLAYPORT - REFERÊNCIA COMERCIAL LG 32UR500-B OU EQUIVALENTE TÉCNICO  | UN | 1 | 1.649,38 | 1.649,38  | 1,13 % |
| 4.2.7 | SEENG00000317 | Próprio | CÂMERA PARA CFTV, TIPO BULLET, COM RECURSO DE CAPTURA DE FACE PARA RECONHECIMENTO FACIAL, ALIMENTAÇÃO POE, RESOLUÇÃO MÍNIMA 2MP, ÁUDIO BIDIRECIONAL COM FILTRAGEM DE RUÍDO AMBIENTAL, GRAU DE PROTEÇÃO IP67, INFRA VERMELHO COM ALCANCE MÍNIMO 50M E PROTOCOLO H.265 - REFERÊNCIA COMERCIAL   | UN | 1 | 7.519,00 | 7.519,00  | 5,16 % |

|            |               |         |  |    |          |                |                 |               |
|------------|---------------|---------|--|----|----------|----------------|-----------------|---------------|
|            |               |         | HIKVISION IDS-2CD7A46G0-IZHS OU EQUIVALENTE TÉCNICO  |    |          |                |                 |               |
| 4.2.8      | SEENG00000318 | Próprio | CÂMERA PARA CFTV, TIPO BULLET, ALIMENTAÇÃO POE, RESOLUÇÃO MÍNIMA 2MP, MICROFONE PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO, GRAU DE PROTEÇÃO IP67, INFRA VERMELHO COM ALCANCE MÍNIMO 30M E PROTOCOLO H.265 - REFERÊNCIA COMERCIAL HIKVISION DS-2CD1023G2-LIU(F) OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UN | 10       | 342,00         | 3.420,00        | 2,35 %        |
| 4.2.9      | SEENG00000319 | Próprio | CÂMERA PARA CFTV, TIPO DOME, ALIMENTAÇÃO POE, RESOLUÇÃO MÍNIMA 2MP, MICROFONE PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO, GRAU DE PROTEÇÃO IP67, INFRA VERMELHO COM ALCANCE MÍNIMO 20M E PROTOCOLO H.265 - REFERÊNCIA COMERCIAL HIKVISION DS-2CD1321G2-LIU OU EQUIVALENTE TÉCNICO      | UN | 12       | 342,00         | 4.104,00        | 2,82 %        |
| 4.2.10     | SEENG00000337 | Próprio | SWITCH NÃO GERENCIÁVEL, COM 24 PORTAS GIGABIT (10/100/1000 MBPS) PoE E 2 PORTAS GIGABIT UPLINK, ENDO UMA DELAS SFP, REFERÊNCIA COMERCIAL HIKVISION DS-3E0526P-E OU EQUIVALENTE TÉCNICO   | UN | 2        | 2.147,95       | 4.295,90        | 2,95 %        |
| <b>4.3</b> |               |         | <b>INSTALAÇÃO DE RACK E EQUIPAMENTOS</b>   |    | <b>1</b> | <b>1208,06</b> | <b>1.208,06</b> | <b>0,83 %</b> |
| 4.3.1      | SEENG0649     | Próprio | INSTALAÇÃO DE RACK FECHADO, DE PISO, PARA TELEMÁTICA   | UN | 1        | 242,70         | 242,70          | 0,17 %        |
| 4.3.2      | SEENG0613     | Próprio | INSTALAÇÃO DE SERVIDOR PARA GRAVAÇÃO DE IMAGEM DE CFTV   | UN | 1        | 25,56          | 25,56           | 0,02 %        |
| 4.3.3      | SEENG0588     | Próprio | INSTALAÇÃO DE DISCO RÍGIDO (HD) PARA CFTV, CAPACIDADES DIVERSAS  | UN | 9        | 8,48           | 76,32           | 0,05 %        |
| 4.3.4      | SEENG0648     | Próprio | INSTALAÇÃO DE NO-BREAK   | UN | 1        | 6,39           | 6,39            | 0,00 %        |
| 4.3.5      | SEENG0591     | Próprio | INSTALAÇÃO DE MICROCOMPUTADOR OU MONITOR   | UN | 3        | 12,78          | 38,34           | 0,03 %        |
| 4.3.6      | SEENG0629     | Próprio | INSTALAÇÃO DE CÂMERA PARA CFTV   | UN | 23       | 33,51          | 770,73          | 0,53 %        |
| 4.3.7      | SEENG0647     | Próprio | INSTALAÇÃO DE SWITCH PARA CFTV   | UN | 2        | 24,01          | 48,02           | 0,03 %        |

|                                  |               |         |  |    |          |                 |                  |                |
|----------------------------------|---------------|---------|--|----|----------|-----------------|------------------|----------------|
| <b>4.4 ACESSÓRIOS</b>            |               |         |  |    | <b>1</b> | <b>2659,23</b>  | <b>2.659,23</b>  | <b>1,83 %</b>  |
| 4.4.1                            | 98302         | SINAPI  | PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019   | UN | 2        | 1.220,19        | 2.440,38         | 1,67 %         |
| 4.4.2                            | 13766         | ORSE    | Bandeja Fixa P/Rack 19" X 500 mm   | un | 1        | 161,15          | 161,15           | 0,11 %         |
| 4.4.3                            | 1890          | ORSE    | Presilha de poliamida 4,5 x 180 mm   | un | 12       | 0,15            | 1,80             | 0,00 %         |
| 4.4.4                            | 1969          | ORSE    | Régua (filtro de linha) com 5 tomadas 2p+t   | un | 2        | 27,95           | 55,90            | 0,04 %         |
| <b>4.5 LICENÇAS</b>              |               |         |  |    | <b>1</b> | <b>51843,81</b> | <b>51.843,81</b> | <b>35,58 %</b> |
| 4.5.1                            | SEENG00000295 | Próprio | SISTEMA DIGIFORT ENTREPRISE - LICENÇA BASE PARA GERENCIAMENTO DE 08 CÂMERAS  | UN | 1        | 12.311,72       | 12.311,72        | 8,45 %         |
| 4.5.2                            | SEENG00000299 | Próprio | SISTEMA DIGIFORT ENTREPRISE - PACK ADICIONAL PARA GERENCIAMENTO DE 16 CÂMERAS  | UN | 1        | 14.421,34       | 14.421,34        | 9,90 %         |
| 4.5.3                            | SEENG00000314 | Próprio | SISTEMA DIGIFORT FACIAL- LICENÇA BASE PARA RECONHECIMENTO FACIAL PLUS 1 CÂMERA - DFRRN10001V1                        | UN | 1        | 25.110,75       | 25.110,75        | 17,23 %        |
| <b>5 SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b> |               |         |  |    | <b>1</b> | <b>2107,96</b>  | <b>2.107,96</b>  | <b>1,45 %</b>  |
| <b>5.1 SERVIÇO EM FORRO</b>      |               |         |  |    | <b>1</b> | <b>132,9</b>    | <b>132,90</b>    | <b>0,09 %</b>  |
| 5.1.1                            | 97640         | SINAPI  | REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023                  | m² | 1        | 2,38            | 2,38             | 0,00 %         |
| 5.1.2                            | 00039413      | SINAPI  | PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)                    | m² | 1        | 20,02           | 20,02            | 0,01 %         |
| 5.1.3                            | SEENG0018     | Próprio | Fornecimento e Instalação de Perfil T em Aço Galvanizado Branco para Alçapão de Visita em Forro de Gesso Acartonado. | m  | 6        | 16,15           | 96,90            | 0,07 %         |
| 5.1.4                            | 104639        | SINAPI  | PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023                                  | m² | 1        | 13,60           | 13,60            | 0,01 %         |
| <b>5.2 SERVIÇO EM CÂMERA</b>     |               |         |  |    | <b>1</b> | <b>507,84</b>   | <b>507,84</b>    | <b>0,35 %</b>  |
| 5.2.1                            | SEENG0593     | Próprio | CONFIGURAÇÃO DE CÂMERAS EM SISTEMAS DE CFTV  | UN | 23       | 22,08           | 507,84           | 0,35 %         |
| <b>5.3 SERVIÇO EM CABEAMENTO</b> |               |         |  |    | <b>1</b> | <b>773,59</b>   | <b>773,59</b>    | <b>0,53 %</b>  |
| 5.3.1                            | 698           | ORSE    | Fornecimento e colocação de anilha para identificação  | un | 500      | 0,80            | 400,00           | 0,27 %         |
| 5.3.2                            | 104793        | SINAPI  | REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO MAIOR QUE  | M  | 593      | 0,63            | 373,59           | 0,26 %         |

|                                  |           |         |   |    |    |       |            |        |
|----------------------------------|-----------|---------|---|----|----|-------|------------|--------|
|                                  |           |         | 2,5 MM² E MENOR QUE 10 MM², DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023   |    |    |       |            |        |
| 5.4                              |           |         | SERVIÇO EM ALVENARIA  |    | 1  | 2,03  | 2,03       | 0,00 % |
| 5.4.1                            | 104770    | SINAPI  | FURO MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023 | UN | 1  | 2,03  | 2,03       | 0,00 % |
| 5.5                              |           |         | TESTES E TREINAMENTO  |    | 1  | 329,2 | 329,20     | 0,23 % |
| 5.5.1                            | SEENG0568 | Próprio | TREINAMENTO OPERACIONAL - POR HORA  | H  | 8  | 41,15 | 329,20     | 0,23 % |
| 5.6                              |           |         | AS-BUILT  |    | 1  | 362,4 | 362,40     | 0,25 % |
| 5.6.1                            | 90775     | SINAPI  | DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   | H  | 10 | 36,24 | 362,40     | 0,25 % |
| SUBTOTAL SERVIÇOS:               |           |         |   |    |    |       | 12.614,07  |        |
| BDI PARA SERVIÇOS DE EDIFICAÇÕES |           |         |   |    |    |       | 22,47%     |        |
|                                  |           |         |   |    |    |       | 2.834,38   |        |
| SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS:        |           |         |   |    |    |       | 133.088,99 |        |
| BDI PARA EQUIPAMENTOS            |           |         |   |    |    |       | 11,43%     |        |
|                                  |           |         |   |    |    |       | 15.212,07  |        |
| SOMA TOTAL:                      |           |         |   |    |    |       | 163.749,51 |        |

ANEXO II - CONTRATO MINUTA

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 0016513-48.2025.4.01.8004 e em observância às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CONTRATANTE:** UNIÃO, através da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado da Bahia, com sede na Av. Ulysses Guimarães, 2799, Fórum Teixeira de Freitas, Sussuarana, Centro Administrativo da Bahia, na cidade de Salvador/BA, CEP 41.213-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.442.957/0001-01 neste ato representado(a) pelo(a) JUIZ(A) FEDERAL DIRETOR(A) DO FORO [colocar o nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula].

**CONTRATADA:** ....., inscrito no CNPJ/MF n. ...., com sede ....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). ...., conforme atos constitutivos da empresa ou procuração acostada aos autos

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Contratação de empresa especializada em engenharia para prestação de serviço de instalação de Sistemas de Videomonitoramento (CFTV) na Subseção Judiciária de ....., sob o regime de execução empreitada por preço global, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
|      |               |        |                   |            |                |             |



|          |  |  |  |  |  |  |
|----------|--|--|--|--|--|--|
| <b>1</b> |  |  |  |  |  |  |
| <b>2</b> |  |  |  |  |  |  |

2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1. O Termo de Referência;
- 2.2. O Edital da Licitação;
- 2.3. A Proposta do Contratado;
- 2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;
- 2.5. O regime de execução é o de empreitada por preço global

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do dia .../.../..., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 1.1. .... (.....) dias de prazo para execução dos serviços contratados;
  - 1.2. .... (.....) dias de prazo para recebimento provisório, e
  - 1.3. 90 (noventa) dias de prazo para recebimento definitivo.
- 2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - MATRIZ DE RISCO**

- 1. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:
  - a) Aumento de preço de insumos e materiais, que aumentem os valores globais dos serviços, superiores aos limites do item 5.22 do Termo de Referência, situação em que fica autorizado aditivo para reequilíbrio financeiro do contrato;
  - b) Erros de projeto e/ou orçamento, que aumentem os valores globais dos serviços, superiores aos limites do item 5.22 do Termo de Referência, situação em que fica autorizado aditivo para reequilíbrio financeiro do contrato;
  - c) Alterações de projeto por interesse da Administração, caso em que será celebrado aditivo para ajuste orçamentário;
  - d) Paralisações de obras/serviços a interesse da Administração, desde que devidamente registradas e
  - e) Atrasos por falta de aprovações de projetos e/ou alvará de construção.
- 2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:
  - a) Aumento de preço de insumos e materiais, que aumentem os valores globais dos serviços, até os limites do item 5.22 do Termo de Referência;
  - b) Erros de projeto e/ou orçamento, que aumentem os valores globais dos serviços, até os limites do item 5.22 do Termo de Referência;
  - c) Utilização de metodologia/tecnologia construtiva, desde que em atendimento às normas técnicas e previamente aprovada pela Fiscalização;
  - d) Atrasos por eventos climáticos típicos (dentro dos limites estatísticos da região);
  - e) Atrasos causados por fornecedores em geral;
  - f) Atrasos por falta de documentação da empresa e/ou de seus responsáveis técnicos e funcionários;
  - g) Atrasos por acidentes e/ou questões relacionadas à higiene e segurança do trabalho e/ou meio ambiente e
  - h) Erros executivos e/ou refazimento de serviços por utilização de materiais inadequados e/ou não autorizados.
- 3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% para a contratante e 50% para o contratado:
  - a) Atrasos por eventos climáticos atípicos (fora dos limites estatísticos da região);
  - b) Atrasos causados por fornecedores, em caso de greves gerais e/ou eventos atípicos notadamente conhecidos e
  - c) Atrasos causados por paralisações decorrentes de greves.

#### **CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA SEXTA - PREÇO**

1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO**

1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE**

1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/01/2026.
  - 1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI de 12/2025.
2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
3. No caso de prorrogação contratual, os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA NONA - REONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO**

1. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
  - 1.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do Contratante:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
3. Notificar o Contratado, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, irregularidades, falhas, vícios ou defeitos constatadas no curso da execução dos serviços ou do fornecimento do objeto, fixando prazo para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, e às suas expensas;
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
9. A Administração terá o prazo de até 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês;
11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
14. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
15. Exigir do Contratado, caso se aplique ao objeto do contrato, que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:
  - a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
  - c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
  - d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
  - e) certidão negativa de débitos previdenciários específicos para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
17. Liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução, previamente à expedição da ordem de serviço;
18. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
  - 18.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
  - 18.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 18.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 18.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 18.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;e
- 18.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
19. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato; e
20. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital ou no aviso de dispensa, o valor correspondente aos danos sofridos;
3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de

pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto do contrato.

11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no Edital de Licitação;

14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

19. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

23. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

25. Fornecer aos empregados equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

26. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

27. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

29. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

30. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

31. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida

ou trabalhos forçados;

32. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

35. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

36. Providenciar o deslocamento dos materiais e equipamentos necessários aos serviços, bem como dos profissionais incumbidos, inclusive em caso de greve, paralisação ou de indisponibilidade do sistema de transporte coletivo.

37. Em caso de contrato cujo objeto seja elaboração de projetos ou a execução de serviços técnicos especializados:

37.1. realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

37.2. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

38. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

38.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

39. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

40. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

41. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

42. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

43. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

43.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

43.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

43.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

43.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

44. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites

máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

45. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

46. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

47. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

48. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;

49. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

50. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

51. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

52. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

53. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

54. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

55. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela [Portaria nº 253, de 18/08/2006](#), do Ministério do Meio Ambiente, e [Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014](#), quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

d) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.



56. Não designar profissionais de produção (obra/serviço) para exercer a atribuição de encarregado ou mestre de obra, a fim de não haver comprometimento no andamento das atividades de campo.

57. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

58. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

59. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

60. Alocar na prestação da obra/serviços, no mínimo, 5% (cinco por cento) da mão de obra na execução do contrato, durante todo o período de vigência do contrato, pessoas egressas do sistema prisional e ou mulheres vítimas de violência doméstica, conforme previsto no Termo de Referência que embasa a presente contratação

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, prevista no art. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, em razão do disposto na Portaria SJBA-DIREF 390/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial da contratação, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas cominadas na Lei nº 14.133, de 2021 ou no Decreto n. 10.024/2019, conforme o caso.

2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
  - f) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 2.1.O atraso de que trata a conduta da alínea "d", deste item é aquele decorrente de infração contratual que importe consequências graves para a Administração, conforme §3º do art.35 da Portaria Presi TRF1 380/2025;
- 2.2. A conduta da alínea "h" deste item compreende a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Administração, com exceção da conduta tipificada na alínea "e" deste item, conforme §4º do art.35 da Portaria Presi TRF1 380/2025;
- 2.3. A administração poderá, garantida a defesa prévia e com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, aplicar ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3. A Administração poderá, garantida a defesa prévia e com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, aplicar ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV- **Multa**

**IV.1. No caso de multa moratória:**

a) Observada a tabela abaixo para as seguintes infrações contratuais:

| CONDUTA INFRATORA |   | GRAU |
|-------------------|---|------|
| ITEM              | DESCRIÇÃO   |      |
| 1                 | Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência  | 1    |
| 2                 | Manter funcionário sem a qualificação requerida no edital para a execução dos serviços; por empregado e por dia.  | 1    |
| 3                 | sequência prevista no cronograma físico, sem autorização da FISCALIZAÇÃO. Ex: instalar portas antes da execução de contrapiso e revestimentos cerâmicos; executar forro antes da instalação de redes hidráulicas, elétricas ou frigorígenas; por ocorrência | 5    |
| 4                 | Não reparar danos causados por seus colaboradores a materiais e equipamentos da JFBA; por ocorrência.   | 2    |
| 5                 | Paralisar a execução dos serviços sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO: por ocorrência e por dia.   | 3    |
|                   | Utilizar material, peça   |      |

|    |   |   |
|----|---|---|
| 6  | ou equipamento usado ou reconcondicionado sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência  | 3 |
| 7  | Destruir, danificar ou não apresentar documentos, requeridos pela Administração, por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.   | 3 |
| 8  | Utilizar as dependências do JFBA (área da construção) para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.   | 4 |
| 9  | Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO previsto em projeto, memorial descritivo ou planilha orçamentária, sem motivo justificado; por ocorrência                         | 5 |
| 10 | Agir com imperícia, imprudência ou negligência de forma a possibilitar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.   | 6 |
| 11 | Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência   | 6 |
| 12 | Deixar de apresentar ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.                                     | 1 |
| 13 | Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições, ou que sua substituição tenha sido requerida pela FISCALIZAÇÃO; por empregado e por dia. | 1 |
| 14 | Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.   | 1 |
| 15 | Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela  | 1 |

|    |   |   |
|----|---|---|
|    | FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.   |   |
| 16 | Deixar de cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência   | 1 |
| 17 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.  | 2 |
| 18 | Maquear ou alterar artificialmente cotações com intuito de ludibriar a FISCALIZAÇÃO tentando promover repactuações de preço ou obtenção de vantagens na prolação de aditivos; por ocorrência.   | 6 |
| 19 | Deixar de refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos pela mesma; por ocorrência.  | 5 |
| 20 | Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, de forma injustificada; por dia e por ocorrência. | 1 |
| 21 | Manter trabalhador em atividade sem a qual esteja APTO ao exercício, com indicação no respectivo ASO; por trabalhador   | 4 |
| 22 | Permitir trabalho em andaime em desacordo com a NR18; por dia e por ocorrência.   | 4 |
| 23 | Executar escavações em descordo com a NR18; por dia e por ocorrência  | 4 |
| 24 | Deixar de enviar cópia de Relatório de Análise de Acidente (RAA); por ocorrência e por dia  | 2 |

|    |  |   |
|----|--|---|
| 25 | Deixar de apresentar cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) à FISCALIZAÇÃO; por ocorrência e por dia de atraso   | 2 |
| 26 | Deixar de delimitar e sinalizar os locais e áreas de risco; por dia e por ocorrência.  | 2 |
| 27 | Deixar de sinalizar com placas indicando o uso obrigatório de EPI a ser utilizado nos locais e áreas de risco: por dia e por ocorrência  | 1 |
| 28 | Deixar de fornecer EPI aos seus empregados, quando exigido: por empregado e por ocorrência.  | 2 |
| 29 | Executar serviço sem a utilização de EPI, ou utilizar equipamento em mau estado de conservação: por dia e por ocorrência   | 4 |
| 30 | Editar planilha de medição, modificando quantidades ou fórmulas originais, sem autorização da FISCALIZAÇÃO, causando pagamentos indevidos: por ocorrência.   | 5 |
| 31 | Deixar de alocar, deliberadamente, na prestação da obra/serviços, no mínimo, 5% (cinco por cento) da mão de obra na execução do contrato, durante todo o período de vigência do contrato, pessoas egressas do sistema prisional e ou mulheres vítimas de violência doméstica, conforme previsto no Termo de Referência | 1 |

| GRAU MULTA DIÁRIA CORRESPONDENTE |             |
|----------------------------------|-------------|
| 1                                | R\$150,00   |
| 2                                | R\$250,00   |
| 3                                | R\$350,00   |
| 4                                | R\$500,00   |
| 5                                | R\$2.500,00 |
| 6                                | R\$5.000,00 |

a.1) o valor total da multa não poderá ser inferior a 0,5% e nem superior a 30% do valor do contrato, conforme previsão do §3º do art.156 da Lei 14.133/2021.

a.2) As multas referentes às condutas supracitadas serão aferidas e contabilizadas por dia útil trabalhado, ou seja, caso haja expediente na obra em dias de sábado, domingo ou feriados, estes serão contabilizados no atraso. A única exceção será o item 20 da alínea "a", do subitem IV.1, onde a contagem do prazo ocorrerá em dias corridos

b) 0,07% (sete centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2,0% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) pela subcontratação sem autorização da Administração, multa de 1% por evento ocorrido, sobre o valor total do contrato;

d) Havendo atrasos no cumprimento das demais obrigações a multa terá os seguintes percentuais:

d.1) de 7,5% (sete e meio por cento) sobre o valor do(s) serviço(s) executado(s) com atraso de até 20 dias;

d.2) de 15% (quinze por cento) sobre o valor do(s) serviço(s) executado(s) com atraso acima de 20 dias.

e) O atraso superior a 30 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

f) Para fins de apuração do valor dos itens não executados, cada ETAPA do cronograma deverá ser avaliada de forma isolada. Significa dizer que, caso algum serviço já apurado e penalizado, pertencente à ETAPA anterior, ainda estiver pendente de execução, este não será objeto de nova apuração quando da avaliação das etapas subsequentes, para não configurar "bis in idem". Também significa dizer que, os serviços de ETAPAS posteriores, porventura adiantados pela CONTRATADA, não poderão ser compensados com serviços não executados, pertencentes à ETAPA anterior, salvo solicitação prévia de adiantamento de serviço, realizada pela CONTRATADA e aprovada pela administração, e/ou solicitação da administração, acatada pela CONTRATADA.

#### **IV.2. No caso de multa compensatória:**

a) 2 % sobre o valor total do contrato quando a Contratada não assinar aditivos no prazo fixado pela Contratante;

b) para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do item 2 desta cláusula, de 5% a 20% do valor do Contrato;

c) para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do item 2 desta cláusula, de 15% a 30% do valor do Contrato;

d) para infração descrita na alínea "b" item 2 desta cláusula, a multa será de 10% a 25% do valor do Contrato;

e) para a infração descrita na alínea "a" do item 2 desta cláusula, ou seja, inexecução parcial, a multa compensatória será de 15% a 20% do valor do Contrato.

4. O descumprimento dos prazos informados no tópico GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, da cláusula do Termo de Referência - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO ensejará multa a ser calculada da seguinte forma:

**MULTA = PI x QA x 10%**

Onde:

PI = Preço Unitário do Item.

QA = Quantidade itens que não tiveram atendimento tempestivo ao chamado da garantia.

5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8. A aplicação das sanções administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se os arts.155 a 163 da Lei 14.133/2021 e o rito procedimental estabelecido na Portaria Presi TRF1 nº 380/2025

8.1. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações/intimações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica nos endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas. Constituindo dever da licitante manter seus endereços físico e eletrônico atualizados.

8.2. Sendo a sanção administrativa de natureza pecuniária - Multa - a Administração/Contratante efetuará retenção preventiva (glosa) do valor da multa presumida sobre o valor do pagamento. Finalizado o processo administrativo com decisão administrativa procedente pela aplicação da multa, e com trânsito em julgado, o valor glosado será recolhido ao Tesouro Nacional. Em caso de improcedência da penalidade de multa, o valor retido/glosado será devolvido ao contratado.

9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes:

c.1) são circunstâncias agravantes aquelas que ensejam maior reprovação da conduta e estão exemplificadas no art. 36 da Portaria Presi TRF1 nº 380/2025

c.2) são circunstâncias atenuantes aquelas de natureza relevante que reduzam a culpabilidade, os danos ou lesão aos princípios do direito administrativo e estão exemplificadas art. 37 da Portaria Presi TRF1 nº 380/2025

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.1. Quando da conduta do(a) processado(a), seja por ação ou omissão, resultar mais de uma infração, prevalecerá aquela que comine a sanção mais grave, sendo as demais consideradas agravantes, na forma do art. 38 desta Portaria Presi TRF. nº380/2025.

9.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas exclusivamente nos arts.36 e 37 Portaria Presi TRF1 nº 380/2025 não poderão resultar, em relação à pena-base: I – individualmente consideradas, em acréscimo ou redução em percentuais inferiores a 1/10 (um décimo) e nem superiores a 1/3 (um terço); II – em somatório total que ultrapasse acréscimo ou redução de 2/3 (dois terços).

10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. Os débitos do Contratado para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Contratante decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado inicialmente.

2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e

c) Indenizações e multas.

7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório



8. O Contratante poderá ainda:

8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 090012;

II. Fonte de Recursos: 1000000000;

III. Programa de Trabalho: .....

IV. Elemento de Despesa: .....

V. Nota de Empenho: ....., emitida em ...../...../.....

2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES**

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**

1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO**

1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal- Seção Judiciária do Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Carla Maria de Carvalho Batista, Diretor(a) de Núcleo**, em 14/04/2026, às 14:43 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24900467** e o código CRC **BB6E7E5E**.

---

Av. Ulysses Guimarães, 2799 - Centro Administrativo da Bahia - Bairro Sussuarana - CEP 41213-000 - Salvador - BA - [www.trf1.jus.br/sjba/](http://www.trf1.jus.br/sjba/)  
0016513-48.2025.4.01.8004 24900467v2